

---

**PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL CONSOLIDADO DE**

OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE BV – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF UA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

12 de Dezembro de 2017

---

**OI S.A. – Em Recuperação Judicial (“OI”)**, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20230-070; **TELEMAR NORTE LESTE S.A. – Em Recuperação Judicial (“TELEMAR”)**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20230-070; **OI MÓVEL S.A. – Em Recuperação Judicial (“OI MÓVEL”)**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11, com sede e principal estabelecimento no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), Brasília - DF, no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), CEP 70.713-900; **COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial (“COPART 4”)**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.253.691/0001-14, com sede e principal estabelecimento na Rua General Polidoro, 99, 4º andar, parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22280-004; **COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial (“COPART 5”)**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.278.083/0001-64, com sede e principal estabelecimento na Rua General Polidoro, 99, 5º andar, parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22280-004; **PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”)**, pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Amsterdam, Naritaweg 165, 1043 BW, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro; e **OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. – Em Recuperação Judicial (“OI COOP”)**, pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.770.090/0001-30, com sede em Amsterdam, Schiphol Boulevard 231,B tower, 5th floor, 1118 BH Schiphol, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro (sendo OI, TELEMAR, OI MÓVEL, COPART 4, COPART 5, PTIF e OI COOP em conjunto doravante denominadas como “GRUPO OI” ou “RECUPERANDAS”), apresentam, nos autos do processo de recuperação judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001, em curso perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital-RJ (“Recuperação Judicial”), em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005 (“LFR”), o presente plano de recuperação judicial conjunto (“Plano” ou “PRJ”), nos termos e condições dispostos a seguir:

## 1. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

1.1. **Definições.** Os termos e expressões utilizados neste Plano em letras maiúsculas terão os significados a eles atribuídos no **Anexo 1.1**.

### 1.2. **Regras de Interpretação.**

1.2.1. O Plano deve ser lido e interpretado conforme as regras dispostas nesta **Cláusula 1.2** e seus anexos.

1.2.2. Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Plano serão aplicadas tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa.

1.2.3. Os cabeçalhos e títulos das cláusulas deste Plano servem apenas a título informativo de referência e não limitarão ou afetarão o significado das cláusulas, parágrafos ou itens aos quais se aplicam.

1.2.4. Exceto quando disposto expressamente de forma diversa neste Plano, os anexos e documentos mencionados neste Plano são partes integrantes do Plano para todos os fins de direito e seu conteúdo é vinculativo. Referências a quaisquer documentos ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições e consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diversa neste Plano.

1.2.5. Exceto quando disposto expressamente de forma diversa neste Plano, referências a capítulos, cláusulas, itens ou anexos aplicam-se a capítulos, cláusulas, itens e anexos deste Plano.

1.2.6. Nos termos da legislação aplicável, exceto se disposto expressamente de forma diversa neste Plano, todas as referências às RECUPERANDAS devem ser interpretadas de forma a incluir as pessoas jurídicas que as sucederem em suas obrigações, em razão de reorganização societária prevista neste Plano.

- 1.2.7. A utilização dos termos “inclusive”, “incluindo” e outros termos semelhantes no presente Plano seguidos de qualquer declaração, termo ou matéria genérica não poderá ser interpretada de forma a limitar tal declaração, termo ou matéria aos itens ou matérias específicos inseridos imediatamente após tal palavra — bem como a itens ou matérias similares —, devendo, ao contrário, ser considerada como sendo referência a todos os outros itens ou matérias que poderiam, razoavelmente, ser inseridos no escopo mais amplo possível de tal declaração, termo ou matéria, e tais termos serão sempre interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”.
- 1.2.8. As referências a disposições legais e a Leis devem ser interpretadas como referências a tais disposições legais e Leis tais como vigentes na data deste Plano ou na data especificamente determinada pelo contexto.
- 1.2.9. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma prevista no art. 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento, e, se o termo final cair em dia que não seja DIA ÚTIL, será prorrogado, automaticamente, para o DIA ÚTIL imediatamente posterior.
- 1.2.10. Exceto quando disposto expressamente de forma diversa neste Plano: (a) na hipótese de haver conflito entre cláusulas deste Plano, a cláusula que contiver disposição específica prevalecerá sobre a que contiver disposições genéricas; (b) na hipótese de conflito entre as disposições dos anexos e/ou dos documentos mencionados neste Plano e as disposições deste Plano, o Plano prevalecerá; e (c) na hipótese de haver conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações previstas em quaisquer contratos celebrados pelas RECUPERANDAS e/ou suas Afiliadas antes da Data do Pedido, o Plano prevalecerá.

## 2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. **GRUPO OI e suas Operações.** O GRUPO OI iniciou suas atividades com a prestação de serviços de telefonia fixa, mas ao longo dos anos, acompanhando os ciclos

tecnológicos e a demanda do mercado, expandiu sua atuação também para as áreas de telefonia móvel, *internet* e TV por assinatura, dentre outros.

Atualmente, as RECUPERANDAS prestam serviço de telecomunicações de forma integrada sob uma só marca – “Oi” –, oferecendo uma variedade de produtos convergentes, tanto para telefonia fixa quanto para móvel. O GRUPO OI é hoje o maior prestador de serviço de telefonia fixa no Brasil (e um dos maiores da América Latina), com 13,4 milhões de linhas em operação, representativa de *market share* de 34,1% do total do país, atendendo a residências, empresas e telefonia de uso público. Além disso, é um dos maiores conglomerados no segmento de telefonia móvel, com um *market share* de 17,4% nesse setor.

As operações do GRUPO OI abrangem, ainda, serviços de banda larga fixa e móvel, *Wi-Fi*, TV e telefonia pública, sendo que sua estratégia de oferta de serviços convergentes e de forma integrada vem se mostrando exitosa e necessária, tendo em vista que ajuda na fidelização dos usuários.

O GRUPO OI também presta, com exclusividade, serviços de telefonia e comunicação de dados a 100% das unidades do exército localizadas na fronteira seca do Brasil, além de operar o sistema de telecomunicações da estação Comandante Ferraz, na Antártica, em convênio com o Ministério da Marinha.

A relevância social do GRUPO OI é refletida nos expressivos números relacionados à arrecadação tributária e geração de empregos; somente no período de 2013 a 2016, o GRUPO OI recolheu, aproximadamente, R\$34 bilhões aos cofres públicos em tributos, contando hoje com mais de 131,3 mil postos de trabalho diretos e indiretos no Brasil. Ainda, o GRUPO OI (i) está engajado em iniciativas e projetos sociais, tais como “Oi Futuro”, instituto de responsabilidade social criado em 2001, com projetos nas áreas de educação, sustentabilidade, esporte e cultura, bem como (ii) participa da condução de políticas públicas, como o Plano Nacional de Banda Larga e Banda Larga nas Escolas.

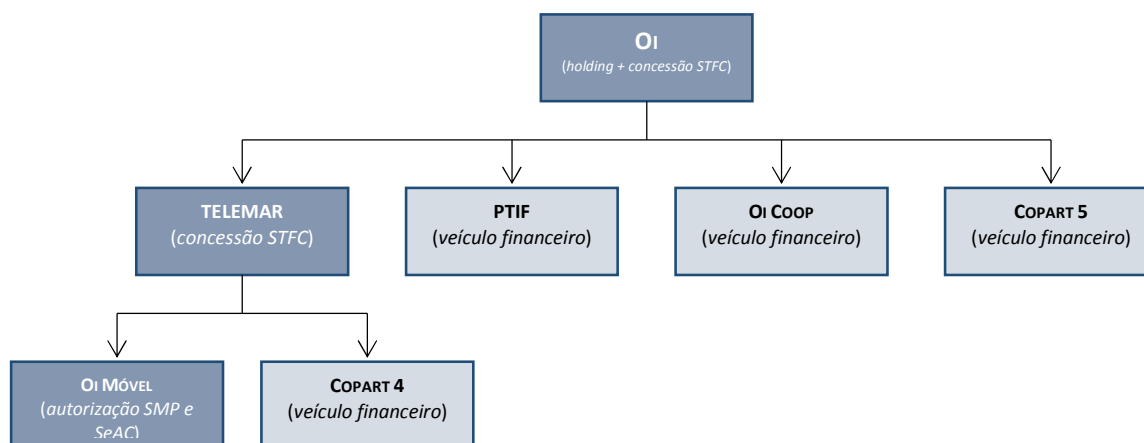
Adicionalmente, o GRUPO OI viabiliza a apuração eletrônica de votos nas eleições municipais e estaduais realizadas no país, proporcionando a integração entre as informações provenientes das 2.113 distritos eleitorais e 12.244 seções eleitorais dos

Tribunais Regionais Eleitorais, o que possibilita a transmissão de tais informações ao Tribunal Superior Eleitoral.

As operações do GRUPO OI estão concentradas nas Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas (descritas na petição inicial da Recuperação Judicial), e todos os serviços de telecomunicações prestados dependem de prévia outorga da ANATEL, seja por meio de concessões, autorizações, licenças ou registros.

Em suma, o GRUPO OI é um dos maiores conglomerados empresariais do país, presente em todos os 5.570 municípios brasileiros e atende a mais de 63 milhões de clientes. Nesse contexto, é inquestionável a importância do GRUPO OI não apenas para o sistema de telecomunicações brasileiro, mas também e especialmente para a população no âmbito nacional, sendo fundamental o seu soerguimento e preservação.

**2.2. Estrutura do GRUPO OI.** A estrutura societária do GRUPO OI está representada no organograma abaixo:



Conforme destacado na petição inicial da Recuperação Judicial, as atividades do GRUPO OI são desenvolvidas de forma coordenada e sob o controle societário, operacional, financeiro, administrativo e gerencial único da OI, que atua como entidade *holding* (além de ser titular de concessão de “Serviço Telefônico Fixo Comutado” – STFC na Região II) do grupo e cujas ações são listadas na B3 e na NYSE (neste último caso, com negociação no formato de ADR).

A OI MÓVEL e COPART 4 são subsidiárias integrais da TELEMAR, que, por sua vez, é subsidiária integral da controladora OI, assim como PTIF, OI COOP e COPART 5.

As operações de telefonia fixa são desempenhadas pela TELEMAR, concessionária do serviço público em questão, enquanto a prestação dos serviços de TV a cabo está a cargo da OI MÓVEL, que é também detentora da autorização para a exploração dos serviços de telefonia móvel.

A PTIF, OI COOP, COPART 4 e COPART 5 são sociedades de investimento do GRUPO OI. As duas primeiras entidades, constituídas de acordo com as Leis da Holanda, são veículos financeiros do GRUPO OI, constituídos para captação de recursos no mercado internacional, os quais são vertidos, por meio de empréstimos, para financiamento das atividades das sociedades operacionais do GRUPO OI no Brasil, sendo esta estrutura comumente utilizada por diversos conglomerados brasileiros. Já as duas últimas são proprietárias de alguns dos principais imóveis locados para o GRUPO OI no Estado do Rio de Janeiro.

**2.3. Razões da Crise.** A atual situação financeira do GRUPO OI decorre de uma série de fatores. Contribuíram para o agravamento da situação financeira do GRUPO OI a retenção de vultosa soma de recursos em depósitos judiciais decorrentes de discussões nos âmbitos regulatório, trabalhista, fiscal e cível, com impacto imediato na liquidez do GRUPO OI, bem como a imposição de elevadas multas administrativas, particularmente pela ANATEL.

A alteração nos padrões de consumo de serviços de telecomunicações, devido à evolução tecnológica, agravou ainda mais este cenário de dificuldade financeira. Com a oferta massificada de serviços de telefonia móvel, TV a cabo e *internet*, a atratividade do serviço de telefonia fixa entrou em declínio, resultando na queda da base de assinantes do GRUPO OI nesse segmento.

Não obstante, o nível dos objetivos e metas relativas às obrigações de universalização do serviço de telefonia fixa (consolidadas no Plano Geral de Metas de Universalização, conforme previsto na Lei Geral de Telecomunicações) permanece estabilizado desde

1998, ano em que foram assinados os contratos de concessão em vigor. Em razão disso, no contexto das referidas obrigações de universalização, o GRUPO OI encontra-se obrigado a realizar pesados investimentos em determinadas regiões e locais remotos, com baixa densidade demográfica e população de baixo poder aquisitivo, auferindo, em contrapartida, retorno financeiro pequeno quando comparado com a exigência regulatória de tais investimentos.

Como exemplo dessa desproporção entre as obrigações impostas às RECUPERANDAS no âmbito das exigências de universalização vis-à-vis sua contrapartida financeira, destacam-se os números relativos aos telefones de uso público (popularmente conhecidos como “orelhões”): o GRUPO OI opera atualmente cerca de 641.000 (seiscentos e quarenta e um mil) telefones públicos em todo o Brasil (exceto São Paulo), a um custo anual de aproximadamente R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de Reais), ao passo que a receita anual gerada por tais telefones públicos é de apenas R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil Reais) em 2016 (tendo-se observado ainda uma queda de mais de 90% entre 2009 e 2016).

Some-se a isso o fato de que os custos para captação de recursos pelo GRUPO OI – dadas as altas taxas de juros praticadas nacionalmente, bem como a necessidade e custo de proteção cambial para captações no exterior – são mais elevados do que os custos de captação de seus competidores diretos, que são *players* internacionais, o que também contribuiu para a deterioração da situação financeira do GRUPO OI.

Por outro lado, é notório que o cenário econômico do País vem se deteriorando nos últimos anos, impactando diretamente as operações desempenhadas pelo GRUPO OI e afetando negativamente sua liquidez. Além disso, o perfil do mercado atendido pelas concessionárias de telefonia fixa que são concorrentes das RECUPERANDAS é mais homogêneo e o poder econômico dos seus usuários é materialmente maior do que aqueles atendidos pelo GRUPO OI na sua área de atuação (maior e mais heterogênea que a área de atuação de suas concorrentes).

A conjunção desses fatores impossibilitou o cumprimento de diversas obrigações, mormente aquelas assumidas em razão de operações de empréstimos financeiros e captações de recursos por meio da emissão de *bonds* e debêntures, cujos saldos



representam a maior parte do atual endividamento do GRUPO Oi, culminando com o pedido de Recuperação Judicial.

**2.4. Medidas Prévias Adotadas.** Desde os primeiros sinais de deterioração de sua saúde financeira, o GRUPO Oi vem trabalhando em conjunto com assessores financeiros e jurídicos externos, no Brasil e no exterior, para auxiliá-lo no processo de negociação com credores e de avaliação de alternativas viáveis à sua recuperação.

Nos últimos trimestres, o GRUPO Oi vem implementando um projeto de reestruturação interna – denominado “Plano de Transformação” – que compreende mais de 370 (trezentas e setenta) iniciativas, a grande maioria já executada ou em fase de execução, que, em linhas gerais, têm por objetivo o aumento da sua competitividade no mercado, o aumento de produtividade, a redução de custos e despesas, o aumento da eficiência operacional e a melhoria da qualidade dos serviços.

Como resultado, podemos destacar neste período: (i) o lançamentos de planos inovadores, como o Oi Livre na telefonia móvel e o Oi Total Play no segmento residencial; (ii) a melhoria substancial dos indicadores operacionais, como, por exemplo, a redução de 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) do tempo médio para resolução de defeitos e a redução de 31,3% (trinta e um vírgula três por cento) do tempo médio para a instalação de serviço, ambos no segundo trimestre de 2017 em relação ao segundo trimestre de 2016; (iii) a redução de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de Reais) de custos e despesas no primeiros seis meses de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 e (iv) a melhoria em diversos indicadores de qualidade, como redução de 28,6% (vinte e oito vírgula seis por cento) na entrada de reclamações na ANATEL, redução de 21,6% (vinte e um vírgula seis por cento) na entrada de reclamações no Procon e a redução de 58,7% (cinquenta e oito vírgula sete por cento) na entrada de ações por reclamação no Juizado Especial Cível (JEC), todos no segundo trimestre de 2017 em relação ao segundo trimestre de 2016.

**2.5. Razões para o Plano Conjunto.** O GRUPO Oi é composto de sociedades sob o controle comum da Oi com relevante interligação econômica e operacional que decorre, em especial, da interdependência e complementaridade das atividades e dos serviços que prestam e de gestão dos recursos das sociedades em prol do interesse comum.

As decisões gerenciais, administrativas e financeiras do GRUPO OI emanam da controladora, a OI. Por outro lado, a organização e os processos internos e corporativos do GRUPO OI são também integrados e plenamente unificados.

Adicionalmente, a essa direção única e consolidada das atividades convergentes e integradas, e do vínculo direto operacional e comercial, as RECUPERANDAS possuem estreita relação econômica e financeira fortemente interligada entre si, em virtude de contratos, garantias e obrigações que as vinculam e as tornam dependentes financeiramente entre si.

As RECUPERANDAS possuem diversos contratos de mútuo *intercompany* celebrados em razão da gestão dos recursos do GRUPO OI em prol do interesse comum. Além disso, há diversos contratos de dívida firmados entre OI, TELEMAR e OI MÓVEL junto a instituições financeiras, havendo ainda inúmeras garantias outorgadas por uma sociedade do grupo em favor da outra. Dentre outras operações que demonstram a vinculação econômica e financeira entre as RECUPERANDAS merecem destaque: (i) a emissão no mercado internacional de *bonds* (títulos de dívida) pela PTIF e OI COOP, tendo a OI comparecido como garantidora integral em tais operações, bem como a emissão no mercado internacional de *bonds* pela OI, tendo a TELEMAR comparecido como garantidora de algumas das séries dos referidos *bonds*; e a (ii) emissão pela COPART 4 e COPART 5 de Cédulas de Crédito Imobiliário com lastro nos recebíveis correspondentes aos alugueis dos imóveis locados para a OI e a TELEMAR, sendo que a OI figura como devedora e a TELEMAR como garantidora no contrato firmado pela COPART 5.

Ademais, o centro de operações de onde é feito o monitoramento remoto de toda a rede do GRUPO OI está localizado em imóveis de propriedade da COPART 4 e COPART 5 e locados ao GRUPO OI.

Sob a perspectiva comercial e operacional, a OI, TELEMAR e OI MÓVEL compartilham da mesma infraestrutura física e logística, utilizando-se de redes “multisserviço” por onde trafegam comunicações e dados relativos a diferentes outorgas do GRUPO OI (telefonia fixa, móvel, *internet* e sinal de TV). Esse modelo de negócios – que consiste em prática consolidada no setor de telecomunicações – possibilita ao GRUPO OI oferecer e

comercializar diversos planos de pacotes integrados que incluem serviços convergentes sob a marca única “Oi”, o que estimula a fidelização dos usuários, reduz a taxa de desligamento dos consumidores em relação a cada um dos serviços contratados e possibilita a competição do GRUPO OI com as demais operadoras de serviços de telecomunicações. Logo, grande parte dos ativos operacionais é dedicada ao provimento de serviços variados, o que tornaria inviável uma eventual separação de acordo com a empresa proprietária.

Considerando, portanto, o modelo de negócios adotado pelo GRUPO OI, com integração e convergência na prestação de serviços de telecomunicações, as inúmeras garantias cruzadas e a consolidação do controle societário, operacional, financeiro, administrativo e gerencial na OI, a solução da crise econômico-financeira deve-se dar de forma conjunta e consolidada, sob pena de colocar em risco a reestruturação do GRUPO OI, que exerce importantíssima função social, em evidente prejuízo aos Credores e demais titulares de interesses (inclusive sociais) que as cercam, todos interessados na resolução da presente situação (governo, investidores, instituições financeiras, empregados, fornecedores, consumidores, etc.).

Pressupor que alguma das entidades do GRUPO OI poderá não ser objeto de recuperação enquanto outras se recuperam implica ignorar a consequência danosa que se oporia à atividade remanescente, à luz das complexidades jurídicas e práticas que o insucesso de uma das empresas poderia criar, visto que o soerguimento de uma entidade do GRUPO OI depende da recuperação de todo o grupo conjuntamente, conforme exposto neste Plano e na petição inicial da Recuperação Judicial.

**2.6. Viabilidade Econômico-Financeira e Operacional do GRUPO OI.** Não obstante as dificuldades e fatores que acometem o GRUPO OI, culminando com o pedido de Recuperação Judicial, a atual situação financeira é temporária e passageira, possuindo o GRUPO OI todas as condições para revertê-la, diante de sua magnitude econômica.

As atividades desempenhadas pelas RECUPERANDAS são rentáveis e viáveis, gerando em 2016 para o GRUPO OI receita bruta de R\$ 45.000.000.000,00 (quarenta e cinco bilhões de Reais) e líquida de cerca de R\$ 26.000.000.000,00 (vinte e seis bilhões de Reais). Além disso, eventos recentes reforçam a conclusão quanto à rentabilidade das atividades das

RECUPERANDAS e viabilidade do GRUPO Oi. Com o lançamento da nova marca “Oi”, observou-se até o momento (i) o crescimento na venda dos novos planos “Oi Total”, (ii) o aumento significativo do denominado RGU (unidade geradora de receita, equivalente a cada serviço contratado), (iii) incremento na eficiência operacional, e (iv) a diminuição da taxa de desligamento de serviços.

Ademais, é público que se encontram em estágio avançado discussões entre ANATEL e Ministério das Comunicações para mudanças no ambiente regulatório, que poderão resultar na transformação das concessões em autorizações, bem como na alteração do regime jurídico dos bens reversíveis, desonerando as concessionárias de muitas de suas obrigações e tornando-as mais competitivas em relação às concorrentes que operam sob o regime de autorização. Há, inclusive, Projetos de Lei em tramitação avançada, voltados, justamente, a conferir maior segurança à mudança de modelo, que beneficiará todas as concessionárias e não apenas aquelas vinculadas ao GRUPO Oi. Tais mudanças impactarão positivamente a situação das RECUPERANDAS e, portanto, são também consideradas como importantes para o efetivo soerguimento do GRUPO Oi, com a preservação de suas atividades empresariais e, conseqüentemente, a manutenção da fonte produtora e de postos de trabalho, promovendo a função social da empresa e o estímulo à atividade econômica, objetivos expressamente declarados na LFR e expressos em cláusulas pétreas da Constituição da República.

A viabilidade do Plano e das medidas nele previstas para a recuperação do GRUPO Oi é atestada e confirmada pelos Laudos, nos termos do art. 53, incisos II e III, da LFR, os quais constam do **Anexo 2.6** a este Plano.

### **3. PRINCIPAIS MEIOS DE RECUPERAÇÃO**

**3.1. Visão Geral.** O GRUPO Oi propõe a adoção das medidas elencadas abaixo como forma de superar a sua atual e momentânea crise econômico-financeira, as quais estão detalhadas nas seções específicas do presente Plano, nos termos da LFR e demais Leis aplicáveis:

**3.1.1. Reestruturação dos Créditos:** o GRUPO Oi realizará uma reestruturação e equalização de seu passivo relativo a Créditos Concursais e, a critério do

GRUPO OI, a Créditos Extraconcurais cujos titulares desejem se submeter aos efeitos deste Plano, nos termos da **Cláusula 4** deste Plano. Os Credores Concurais passarão a ser credores da RECUPERANDA que era a sua respectiva devedora original com exceção: (i) dos Créditos Concurais relativos aos veículos financeiros PTIF e OI COOP, cujos titulares passarão a ser credores da OI; (ii) dos Credores Concurais da COPART 4, que deverá ser incorporada pela TELEMAR, conforme previsto no **Anexo 6.1**, e dos Credores Concurais da COPART 5, que deverá ser incorporada pela OI, conforme previsto no **Anexo 6.1**, os quais passarão a ser credores da TELEMAR e da OI, respectivamente; e (iii) dos Credores Quirografários Bondholders que passarão a ser credores da OI.

**3.1.1.1.** As RECUPERANDAS envidarão seus melhores esforços para cancelar os respectivos títulos emitidos e existentes atualmente, observado o disposto nas legislações aplicáveis a cada uma das jurisdições das RECUPERANDAS, e poderão tomar todas as providências cabíveis e necessárias em toda e qualquer jurisdição aplicável, incluindo Brasil, Estados Unidos da América e Reino Unido, a fim de cumprir com as respectivas legislações aplicáveis e implementar as medidas previstas no presente Plano, podendo, nestes casos, consultar terceiros relacionados aos títulos de dívida emitidos no exterior, como, por exemplo, instituições depositárias, de forma a assegurar que as medidas a serem implementadas estão em conformidade com as legislações das respectivas jurisdições.

**3.1.1.2.** Em decorrência da natureza consolidada deste Plano, as RECUPERANDAS serão solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas neste Plano.

**3.1.2. Mediação/Conciliação/Acordo:** o GRUPO OI poderá instaurar procedimentos de Mediação/Conciliação/Acordo com seus Credores constantes da Relação de Credores do Administrador Judicial durante a Recuperação Judicial, nos termos da **Cláusula 4.5**, na forma das decisões judiciais proferidas sobre o tema.

- 3.1.3. Alienação de Bens do Ativo Permanente:** como forma de levantamento de recursos, o GRUPO Oi poderá promover a alienação dos bens que integram o ativo permanente (não circulante) das RECUPERANDAS que se encontram listados no **Anexo 3.1.3**, bem como de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do seu ativo permanente, na forma da **Cláusula 5.1** e do art. 66 da LFR, desde que observadas eventuais exigências, autorizações ou limitações regulatórias necessárias, notadamente no que diz respeito à ANATEL.
- 3.1.4. Novos Recursos:** o GRUPO Oi poderá prospectar e adotar medidas, inclusive durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos nos termos da **Cláusula 5.3**, mediante a implementação de eventuais aumentos de capital ou outras formas de captação no mercado de capitais, a serem aprovados nos termos dos respectivos estatutos sociais das sociedades do GRUPO Oi e desde que observado o disposto neste Plano e nos arts. 67, 84 e 149 da LFR, sendo que, caso obtidos, as obrigações correspondentes terão natureza extraconcursal, para fins do disposto na LFR.
- 3.1.5. Reorganização Societária:** o GRUPO Oi poderá realizar Reorganização Societária, nos termos da **Cláusula 6** deste Plano, visando à obtenção de uma estrutura mais eficiente e adequada à implementação das propostas previstas neste Plano e à continuidade de suas atividades, ou qualquer outra reorganização societária que venha a ser oportunamente definida pelas RECUPERANDAS, desde que não cause um Efeito Adverso Relevante nas sociedades integrantes do GRUPO Oi.
- 3.1.6. Alterações Transitórias na Governança:** De modo a garantir a execução das medidas previstas neste Plano e considerando os diversos interesses envolvidos no âmbito da Recuperação Judicial, este Plano contém regras transitórias de governança corporativa relativas à criação de um Conselho de Administração Transitório e formação de um Novo Conselho de Administração, para assegurar a estabilidade institucional do Grupo Oi.

**3.1.7. Depósitos Judiciais:** Após a Homologação Judicial do Plano, o GRUPO OI poderá efetuar o imediato levantamento do valor integral dos Depósitos Judiciais que não tenham sido objeto de pagamento, nas formas previstas neste Plano.

#### **4. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS**

**4.1. Créditos Trabalhistas.** Observado o disposto nas **Cláusulas 4.1.2 e 4.1.3** abaixo, os Créditos Trabalhistas, conforme valores indicados na Relação de Credores do Administrador Judicial, serão pagos em moeda corrente nacional, após o decurso do prazo de carência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do prazo de carência referido acima, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, mediante Depósito Judicial nos autos do Processo em que seja parte o Credor Trabalhista ou caso o Credor Trabalhista não seja parte em Processo judicial, observado o disposto na **Cláusula 10.4**.

**4.1.1.** Os Créditos Trabalhistas ainda não reconhecidos na data prevista para a realização do primeiro pagamento estabelecida na **Cláusula 4.1** acima serão pagos da seguinte forma, após serem reconhecidos:

- (a) se de titularidade de Credores Trabalhistas que não sejam da categoria de Credor Trabalhista Depósito Judicial, seu pagamento será efetuado, mediante depósito judicial nos autos do respectivo Processo, após o trânsito em julgado da decisão que encerrar o Processo e homologar o valor devido sem restar margem para impugnação pelo GRUPO OI, na forma da **Cláusula 4.1**, iniciando-se o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de carência na data em que a referida decisão transitar em julgado, vencendo-se a primeira parcela no último Dia Útil do prazo de carência referido acima e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes; ou
- (b) se de titularidade de Credores Trabalhistas Depósito Judicial (ou que venham a se enquadrar, caso algum Depósito Judicial seja efetuado pelo GRUPO OI no respectivo Processo em que se discuta o Crédito

Trabalhista em questão após a apresentação deste Plano ao Juízo da Recuperação Judicial), seu pagamento será efetuado na forma da **Cláusula 4.1.2** abaixo.

**4.1.2. Credores Trabalhistas Depósito Judicial.** Os Créditos Trabalhistas de titularidade dos Credores Trabalhistas Depósito Judicial serão pagos mediante o levantamento do valor do Depósito Judicial pelo respectivo Credor Trabalhista Depósito Judicial, após a Homologação Judicial do Plano, até o limite do valor do referido Crédito Trabalhista constante da Relação de Credores do Administrador Judicial.

**4.1.2.1.** Na hipótese de o Depósito Judicial referido na **Cláusula 4.1.2** acima ser superior ao valor do respectivo Crédito Trabalhista constante da Relação de Credores do Administrador Judicial, o valor excedente será levantado pelo GRUPO OI.

**4.1.2.2.** Na hipótese de o Depósito Judicial referido na **Cláusula 4.1.2** acima ser comprovadamente inferior ao valor do respectivo Crédito Trabalhista constante da Relação de Credores do Administrador Judicial, o saldo remanescente do respectivo Crédito Trabalhista será pago mediante depósito judicial nos autos do respectivo Processo, em moeda corrente nacional, após a decisão do Juízo Trabalhista que homologar o valor devido e depois do decurso do prazo de carência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do prazo de carência referido acima, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, sempre mediante depósito judicial nos autos do respectivo Processo.

**4.1.2.3.** Observado o disposto na **Cláusula 4.1.2.1** acima, o valor do Crédito Trabalhista de titularidade do Credor Trabalhista Depósito Judicial será pago a título de verba indenizatória, compreendendo todos e quaisquer honorários dos respectivos Advogados Trabalhistas ou de outros profissionais, bem como



custas e despesas processuais incorridas pelo Credor Trabalhista Depósito Judicial em questão.

**4.1.3. Crédito Trabalhista Fundação Atlântico.** Observado o valor constante da Relação de Credores do Administrador Judicial, o Crédito Trabalhista Fundação Atlântico será pago nas seguintes condições:

**4.1.3.1. Carência:** período de carência de amortização de principal de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano.

**4.1.3.2. Parcelas:** amortização do principal em 6 (seis) parcelas anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do prazo de carência referido na **Cláusula 4.1.3.1** acima.

**4.1.3.3. Juros/atualização monetária:** INPC + 5,5% (cinco e meio por cento) ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que (i) os juros/atualização monetária incidentes ao longo dos 5 (cinco) primeiros anos a partir da Homologação Judicial do Plano não serão pagos neste período, sendo capitalizados ao valor do principal anualmente; e (ii) os juros incidentes sobre o novo valor do principal serão pagos anualmente a partir do último Dia Útil do mês em que se completar o decurso do prazo referido no item (i) acima, juntamente com as parcelas de amortização do valor principal.

**4.2. Créditos com Garantia Real.** Os Créditos com Garantia Real serão agrupados e pagos da seguinte forma:

**4.2.1. Carência:** período de carência de amortização de principal de 72 (setenta e dois) meses, contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano.

**4.2.2. Principal:** o valor do principal será pago em 108 (cento e oito) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 15º (décimo quinto) dia do 73º (septuagésimo terceiro) mês contado da Homologação Judicial do

Plano, e as demais no mesmo dia a cada mês subsequente, a partir do primeiro pagamento, conforme percentuais do valor principal descritos na tabela progressiva abaixo:

| Meses       | Percentual do valor a ser amortizado por mês |
|-------------|--|
| 0 a 72º     | 0,0%   |
| 73º a 132º  | 0,33%  |
| 133º a 179º | 1,67%  |
| 180º        | 1,71%  |

**4.2.3. Juros:** TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescido de 2,94% (dois inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), sendo que:

- (i) os juros incidentes ao longo dos 4 (quatro) primeiros anos a partir da Homologação Judicial do Plano não serão pagos neste período, sendo capitalizados anualmente ao valor do principal, de modo que o saldo do principal ao final de cada ano seja o saldo inicial do período somado dos juros capitalizados no período em questão, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{saldo final do período} = \text{saldo inicial do período} \times (1+t)^{DC/360},$$

em que  $t$  representa a taxa de juros/atualização monetária contratadas originalmente e  $DC$  representa dias corridos; e

- (ii) a partir do 15º (décimo quinto) dia do 49º (quadragésimo novo) mês contado da Homologação Judicial do Plano, os juros incidentes sobre o novo valor do principal serão pagos mensalmente, em moeda corrente nacional, até o pagamento total do principal nos termos deste Plano.

**4.2.4. Demais condições contratuais:** as RECUPERANDAS obrigam-se a cumprir, até o pagamento integral dos Créditos com Garantia Real, e na medida em

que tal cumprimento não seja contrário ao disposto neste Plano, os termos e condições descritos no **Anexo 4.2.4**.

### **4.3. Créditos Quirografários.**

**4.3.1. Pagamento e Reestruturação dos Créditos Quirografários:** Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, cada Credor Quirografário poderá optar, à sua discricionariedade, por ter a totalidade de seus respectivos Créditos Quirografários pagos na forma prevista na **Cláusula 4.3.1.1** ou reestruturados através das opções previstas nas **Cláusulas 4.3.1.2 e 4.3.1.3** abaixo, sem possibilidade de divisão voluntária do valor do crédito entre as referidas opções e observados os respectivos limites de Créditos Quirografários.

**4.3.1.1. Pagamento Linear de Créditos Quirografários:** Exceto se disposto de forma contrária neste Plano:

- (i) Credores Quirografários titulares de Créditos ME/EPP ou Créditos Classe III no valor igual ou inferior a R\$1.000,00 (mil Reais): Os Credores Quirografários que escolherem a forma de pagamento de créditos prevista nesta **Cláusula 4.3.1.1** terão seus respectivos Créditos pagos em uma única parcela até o 20º (vigésimo) Dia Útil a contar da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável, limitado ao valor do respectivo Crédito constante da Relação de Credores do Administrador Judicial;
- (ii) Credores Quirografários titulares de Créditos ME/EPP ou Créditos Classe III em valor superior a R\$1.000,00 (mil Reais): Os Credores Quirografários poderão optar, através de plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br), pelo recebimento nos termos desta **Cláusula 4.3.1.1** desde que concordem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (mil Reais) como

pagamento integral do seu respectivo Crédito Quirografário, conforme aplicável, compreendendo, quando for o caso, todos e quaisquer honorários advocatícios ou de outros profissionais, bem como custas e despesas processuais incorridas pelo Credor Quirografário em questão. Nesse contexto, o pagamento será feito até o 20º (vigésimo) Dia Útil contado do término do prazo para a escolha da opção de pagamento de créditos a ser realizada pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br), e nem o Credor ME/EPP ou Classe III, conforme aplicável, nem seus advogados farão jus ao recebimento de qualquer valor adicional àquele indicado nesta **Cláusula 4.3.1.1**.

**4.3.1.2. Opção de Reestruturação I:** Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários ME/EPP ou Créditos Classe III poderão optar pela Opção de Reestruturação I, pela qual seus respectivos Créditos Quirografários serão reestruturados em até 6 (seis) meses contados da data da Homologação Judicial do Plano, conforme os termos da **Cláusula 4.3.1.2.1** e observados os limites previstos nos itens (a) e (b) abaixo para Créditos Quirografários em Reais e Dólares Norte-Americanos, respectivamente:

- (a) Parte dos Créditos Quirografários será representada em Reais até o limite de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de Reais) e paga nos termos e condições previstos nos **Anexos 4.3.1.2(a1) e 4.3.1.2(a2)**, conforme a escolha do respectivo Credor Quirografário; e
- (b) Parte dos Créditos Quirografários será representada em Dólares Norte-Americanos, observado o disposto no art. 50, § 2º, da LFR, até o limite de USD 1.150.000.000,00 (um bilhão, cento e cinquenta milhões de Dólares Norte-Americanos) e

paga nos termos e condições previstos no **Anexo 4.3.1.2(b)**. Caso as escolhas dos Credores Quirografários da opção de pagamento prevista na **Cláusula 4.3.1.3** não atinjam o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3**, eventual saldo remanescente será automaticamente será acrescido ao limite estabelecido nesta **Cláusula 4.3.1.2(b)**.

**4.3.1.2.1.** Obedecida a alocação proporcional dos Créditos Quirografários que escolham a Opção de Reestruturação I frente à totalidade dos Créditos ME/EPP ou Classe III a serem pagos dentro dos limites estabelecidos nos itens (a) e (b) da **Cláusula 4.3.1.2**, conforme o caso, os Créditos ME/EPP ou Classe III em questão serão reestruturados da seguinte forma:

- (a) **Carência:** período de carência de amortização de principal de 60 (sessenta) meses, contados a partir da Homologação Judicial do Plano.
- (b) **Principal:** o valor do principal será amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 25º (vigésimo quinto) dia do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da Homologação Judicial do Plano e as demais no mesmo dia a cada 6 (seis) meses a contar do primeiro pagamento, conforme percentuais do valor do principal, acrescido dos juros capitalizados (conforme item (c) abaixo), descritos na tabela progressiva abaixo:

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|-----------|---|
| 0 a 10º   | 0%  |
| 11º a 20º | 2,0%  |
| 21º a 33º | 5,7%  |
| 34º       | 5,9%  |

- (c) **Juros:** (A) para os Créditos ME/EPP ou Classe III denominados originalmente em Reais, incidirão juros correspondentes à taxa anual de 75% (setenta e cinco por cento) do CDI; e (B) para os Créditos ME/EPP ou Classe III denominados originalmente em Dólares Norte-Americanos, juros de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, sendo que os juros serão capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 25º (vigésimo quinto) dia do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da data da Homologação Judicial do Plano, exceto somente nos casos previstos abaixo:
- (i) Caso o EBITDA apurado ao final de cada exercício seja maior que R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de Reais), 25% dos juros serão pagos em dinheiro até a apuração do EBITDA do exercício imediatamente seguinte;
  - (ii) Caso o EBITDA apurado ao final de cada exercício seja maior que R\$ 7.250.000.000,00 (sete bilhões, duzentos e cinquenta milhões de Reais), 50% dos juros serão pagos em dinheiro até a apuração do EBITDA do exercício imediatamente seguinte;
  - (iii) Caso o EBITDA apurado ao final de cada exercício seja maior que R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de Reais), 100% dos juros serão pagos em dinheiro até a apuração do EBITDA do exercício imediatamente seguinte;
- (d) **Cessão de Direitos:** Os instrumentos contratuais que vierem a ser celebrados com tais Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, e quaisquer

reinvindicações no âmbito de tais instrumentos contratuais e quaisquer direitos legais, equitativos ou quaisquer outros interesses econômicos previstos em tais instrumentos contratuais ou deles decorrentes, somente poderão ser transferidos, cedidos, contribuídos, disponibilizados ou de outra forma alienados (no todo ou em parte), mediante prévia notificação às RECUPERANDAS com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência e desde que observados (i) as autorizações prévias da Oi previstas nos instrumentos contratuais, conforme aplicável, (ii) o Código de Ética do Grupo Oi disponível nesta data no endereço <http://ri.oi.com.br> e (iii) que a respectiva cessão não envolva pessoas físicas ou jurídicas indicadas na lista do *Office of Foreign Assets Control* (OFAC), do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos da América.

**4.3.1.2.2.** Uma vez atingido o limite estabelecido no item **(a)** da **Cláusula 4.3.1.2** acima para Créditos Quirografários a serem reestruturados em Reais ou o limite estabelecido no item **(b)** da **Cláusula 4.3.1.2** acima para Créditos Quirografários a serem reestruturados em Dólares Norte-Americanos, os Credores titulares de Créditos ME/EPP ou Créditos Classe III que tenham escolhido a Opção de Reestruturação I terão parte de seus Créditos Quirografários pagos conforme a opção escolhida, de forma *pro rata* e limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário constante da Relação de Credores do Administrador Judicial. Os saldos remanescentes serão automaticamente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo.

**4.3.1.3. Opção de Reestruturação II:** Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários ME/EPP ou Créditos Classe III poderão optar pela Opção de Reestruturação II, pela qual seus respectivos Créditos Quirografários serão reestruturados em até

6 (seis) meses contados da data da Homologação Judicial do Plano, conforme os termos da **Cláusula 4.3.1.3.1** e observados o limite de USD 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de Dólares Norte-Americanos) para Créditos Quirografários.

**4.3.1.3.1.** Obedecida a alocação proporcional dos Créditos Quirografários que escolham a Opção de Reestruturação II frente à totalidade dos Créditos ME/EPP ou Classe III a serem pagos dentro do limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3**, os Créditos ME/EPP ou Classe III em questão serão reestruturados da seguinte forma:

- (a) **Carência:** período de carência de amortização de principal de 60 (sessenta) meses, contados a partir da Homologação Judicial do Plano.
- (b) **Principal:** o valor do principal será amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 25º (vigésimo quinto) dia do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da Homologação Judicial do Plano e as demais no mesmo dia a cada 6 (seis) meses a contar do primeiro pagamento, conforme percentuais do valor do principal, acrescido dos juros capitalizados (conforme item (c) abaixo), descritos na tabela progressiva abaixo:

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|-----------|---|
| 0 a 10º   | 0%  |
| 11º a 20º | 2,0%  |
| 21º a 33º | 5,7%  |
| 34º       | 5,9%  |

- (c) **Juros:** juros de 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, sendo que os juros serão capitalizados anualmente



ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 25º (vigésimo quinto) dia do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da data da Homologação Judicial do Plano, sendo que:

- (i) 10% (dez por cento) dos juros incidentes ao longo dos 60 (sessenta) primeiros meses a partir da Homologação Judicial do Plano serão pagos semestralmente em dinheiro no 25º (vigésimo-quinto) dia do mês de cada período de juros;
- (ii) os 90% (noventa por cento) restantes dos juros/atualização monetária incidentes ao longo dos 60 (sessenta) primeiros meses a partir da Homologação Judicial do Plano não serão pagos neste período, sendo capitalizados anualmente ao valor do principal, de modo que o saldo do valor do principal a cada final de ano seja o saldo inicial do período somado dos juros capitalizados no período; e
- (iii) a partir do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da Homologação Judicial do Plano, 100% (cem por cento) dos juros/atualização monetária incidentes sobre o novo valor do principal serão pagos semestralmente, no 25º (vigésimo-quinto) dia do mês de cada período de juros.

**4.3.1.3.2. Cessão de Direitos:** Os instrumentos contratuais que vierem a ser celebrados com tais Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, e quaisquer reivindicações no âmbito de tais instrumentos contratuais e quaisquer direitos legais, equitativos ou quaisquer outros interesses econômicos previstos em tais instrumentos contratuais ou deles decorrentes, não poderão ser transferidos, cedidos, contribuídos, disponibilizados ou de outra forma alienados (no todo ou em parte), incluindo, mas não se limitando, a título de sub-participação ou desconto de

quaisquer de tais instrumentos contratuais, de forma a alterar seu beneficiário final, sem o prévio consentimento por escrito das RECUPERANDAS e de todos os Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, que tenham escolhido a Opção de Reestruturação II. Adicionalmente, nenhum ônus ou gravame, ou qualquer outro direito previsto, em tais instrumentos contratuais poderá ser concedido ou transferido por quaisquer dos Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, que tenham escolhido a Opção de Reestruturação II, sem o prévio consentimento por escrito das RECUPERANDAS e de todos os Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, que tenham escolhido a Opção de Reestruturação II.

**4.3.1.3.3.** Uma vez atingido o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3** acima para Créditos Quirografários, os Credores titulares de Créditos ME/EPP ou Créditos Classe III que tenham escolhido a Opção de Reestruturação II terão parte de seus Créditos Quirografários pagos conforme a opção escolhida, de forma *pro rata* e limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário constante da Relação de Credores do Administrador Judicial. Os saldos remanescentes serão automaticamente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo.

**4.3.1.3.4.** Caso as escolhas dos Credores Quirografários desta opção de pagamento não atinjam o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.3** acima, eventual saldo remanescente automaticamente será acrescido ao limite estabelecido na **Cláusula 4.3.1.2(b)**.

**4.3.2. Pagamento de Créditos Quirografários Depósitos Judiciais:** Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, os Créditos ME/EPP de titularidade dos Credores Quirografários Parceiros ME/EPP Depósitos Judiciais e os Créditos Classe III de titularidade dos Credores Quirografários Parceiros Classe III Depósitos Judiciais constantes da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecidos pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula**

**4.3.2.2,** serão pagos mediante o levantamento do valor do Depósito Judicial pelo respectivo Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial, após a Homologação Judicial do Plano, até o limite do valor do referido Crédito Quirografário, conforme o caso, constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2.**

**4.3.2.1.** Sem prejuízo do disposto na **Cláusula 4.3.2** acima, o pagamento dos Créditos Classe III de titularidade dos Credores Quirografários Parceiros Classe III Depósitos Judiciais será feito de acordo com os seguintes percentuais de deságio do valor do referido Crédito Classe III constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2:**

| <b>Intervalo de Valor de Crédito</b> | <b>% de Deságio</b> |
|--------------------------------------|---------------------|
| Até R\$ 1.000,00                     | 0,0%                |
| R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00;         | 15,0%               |
| R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00         | 20,0%               |
| R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00       | 30%                 |
| Acima de R\$ 150.000,00              | 50%                 |

**4.3.2.2.** Os Créditos Quirografários, conforme aplicável, ainda não reconhecidos na data prevista para a realização da escolha pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br), e que, após serem reconhecidos, sejam de titularidade de Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III que sejam Credores Quirografários Parceiros ME/EPP Depósito Judicial ou Credores Quirografários Parceiros Classe III Depósito Judicial, conforme aplicável, serão pagos na forma da **Cláusula 4.3.2** acima e, conforme aplicável, também observado o disposto na **Cláusula 4.3.2.1** acima. Nesta hipótese, o Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial em questão (i) não

poderá apresentar impugnação ou questionar de qualquer outra forma o valor indicado na Relação de Credores do Administrador Judicial ou documento equivalente ou, (ii) caso o GRUPO OI apresente impugnação ao valor indicado na Relação de Credores do Administrador Judicial ou documento equivalente, deverá concordar com o valor indicado na respectiva impugnação do GRUPO OI.

**4.3.2.3.** Caso, após a apresentação deste Plano ao Juízo da Recuperação Judicial, algum Depósito Judicial seja efetuado pelo GRUPO OI no respectivo Processo em que se discuta o Crédito Quirografário em questão, e o Credor Quirografário em questão aceite as condições previstas nas **Cláusulas 4.3.2 e 4.3.2.1**, conforme aplicável, de modo que seu Crédito Quirografário se enquadre no conceito previsto na **Cláusula 4.3.2.2** acima, tais Créditos Quirografários também poderão ser pagos na forma da **Cláusula 4.3.2** acima e, conforme aplicável, também observado o disposto na **Cláusula 4.3.2.1** acima. Nesta hipótese, o Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial em questão (i) não poderá apresentar impugnação ou questionar de qualquer outra forma o valor indicado na Relação de Credores do Administrador Judicial ou documento equivalente ou, (ii) caso o GRUPO OI apresente impugnação ao valor indicado na Relação de Credores do Administrador Judicial ou documento equivalente, deverá concordar com o valor indicado na respectiva impugnação do GRUPO OI.

**4.3.2.4.** Na hipótese de o Depósito Judicial referido na **Cláusula 4.3.2** acima ser superior ao valor do respectivo Crédito ME/EPP ou Classe III (neste último caso apurado após a dedução do deságio indicado **Cláusula 4.3.2.1**) constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2**, o valor excedente será levantado pelo GRUPO OI.

- 4.3.2.5. Na hipótese de o Depósito Judicial referido na **Cláusula 4.3.2** acima ser comprovadamente inferior ao valor do respectivo Crédito ME/EPP ou Classe III (neste último caso apurado após a dedução do deságio indicado **Cláusula 4.3.2.1**) constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2**, o saldo remanescente do respectivo Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial, conforme o caso, será pago em moeda corrente nacional, após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido, na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo.
- 4.3.2.6. Para fins do disposto nas **Cláusulas 4.3.2** e **4.3.2.4** acima, em até 20 (vinte) Dias Úteis dias a contar do término do prazo para a escolha da opção de pagamento de créditos a ser realizada pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br), o Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial em questão, juntamente com todos os seus advogados constituídos nos autos, inclusive aqueles titulares de honorários de sucumbência, e a RECUPERANDA deverão apresentar Petição Conjunta ME/EPP ou Classe III, conforme o caso, requerendo ao Juízo competente (i) a expedição dos respectivos alvarás judiciais para levantamento do Depósito Judicial, na forma descrita nas **Cláusulas 4.3.2** e **4.3.2.4** acima, conforme aplicável, e (ii) a extinção, baixa da distribuição e arquivamento definitivo do Processo. O levantamento do Depósito Judicial, em qualquer circunstância, somente poderá ocorrer após a homologação pelo Juízo competente do valor devido, nos termos da Petição Conjunta ME/EPP ou Classe III, conforme aplicável.
- 4.3.2.7. Observado o disposto na **Cláusula 4.3.2.4** acima, o valor do Crédito ME/EPP ou Classe III de titularidade do Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial, conforme aplicável, será considerado como compreendendo todos e quaisquer

honorários advocatícios ou de outros profissionais, bem como custas e despesas processuais incorridas pelo Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial em questão. Nesse contexto, nem o respectivo Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial, nem seus advogados farão jus ao recebimento de qualquer valor adicional àquele constante da Relação de Credores do Administrador Judicial e reconhecido pelas RECUPERANDAS, neste último caso observados os termos da **Cláusula 4.3.2.2** (e, conforme aplicável, observado o disposto na **Cláusula 4.3.2.1**), para o respectivo Crédito ME/EPP ou Classe III.

**4.3.3. Reestruturação de Bonds:** Dada a natureza dos seus Créditos Quirografários, representados por títulos emitidos e negociados no exterior e regulados por leis estrangeiras, bem como sujeitos às leis e demais normas aplicáveis nas jurisdições onde tais títulos são negociados, e ainda, dada a complexidade procedimental para implementar a reestruturação dos seus Créditos em comparação aos demais Credores Quirografários, os Credores Quirografários Bondholders terão os seus Créditos reestruturados exclusivamente de acordo com o disposto nesta **Cláusula 4.3.3**. A depender do valor dos seus respectivos Créditos Quirografários dos Bondholders, os Credores Quirografários Bondholders deverão manifestar expressamente a opção pela reestruturação de seus Créditos Quirografários Bondholders em uma das formas previstas nas **Cláusulas 4.3.3.1** ou **Cláusula 4.3.3.2** abaixo, observado o procedimento a ser informado oportunamente pelas RECUPERANDAS, conforme disposto na **Cláusula 4.6.5**:

**4.3.3.1. Créditos Quirografários dos Bondholders até USD750.000,00 (setecentos e cinquenta mil Dólares Norte-Americanos):** Os Credores Quirografários Bondholders titulares de Créditos Quirografários dos Bondholders com valor inferior a USD750.000,00 (setecentos e cinquenta mil Dólares Norte-Americanos) (ou o equivalente em Reais convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) terão seus respectivos Créditos

reestruturados nos termos desta **Cláusula 4.3.3.1** e suas subcláusulas abaixo:

- (a) **Limite de Créditos Quirografários dos Bondholders:** O total dos Créditos Quirografários dos Bondholders a serem reestruturados nos termos desta **Cláusula 4.3.3.1** estará limitado a USD500.000.000,00 (quinhentos milhões de Dólares Norte-Americanos).
- (b) **Deságio:** A reestruturação de Créditos Quirografários dos Bondholders prevista na **Cláusula 4.3.3.1** implicará na redução do respectivo Crédito Quirografário dos Bondholders no percentual de 50% (cinquenta por cento). Para todos os fins, o deságio será aplicado primeiramente aos juros, e, apenas posteriormente, à parcela do principal que compõe os Créditos Quirografários dos Bondholders submetidos à **Cláusula 4.3.3.1**.
- (c) **Carência:** Período de carência de amortização de principal de 6 (seis) anos, contatos a partir da data da Homologação Judicial do Plano.
- (d) **Principal:** O valor do principal será amortizado em 12 (doze) parcelas semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 15º (décimo quinto) dia do 78º (septuagésimo oitavo) mês contado da Homologação Judicial do Plano e as demais no mesmo dia a cada 6 (seis) meses a contar do primeiro pagamento, conforme percentuais do valor do principal, acrescido dos juros capitalizados (conforme item (d) abaixo), descritos na tabela progressiva abaixo:

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|-----------|---|
| 0 a 12º   | 0%  |
| 13º a 18º | 4,0%  |

|           |        |
|-----------|--------|
| 19º a 23º | 12,66% |
| 24º       | 12,70% |

- (e) **Juros:** Incidência de juros de 6% (seis por cento) ao ano em Dólares Norte-Americanos sobre o valor do principal, a partir da data da Homologação do Plano, sendo capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos anualmente a partir do 15º (décimo quinto) dia do 72º (septuagésimo segundo) mês contado da data da Homologação Judicial do Plano.
- (f) **Demais condições contratuais:** as demais condições aplicáveis à reestruturação dos Créditos Quirografários dos Bondholders na forma prevista na **Cláusula 4.3.3.1** estão descritas no **Anexo 4.3.3.1(f)**.

**4.3.3.1.1.** Caso o Credor Quirografário Bondholder não manifeste expressamente sua opção pela reestruturação de seus respectivos Créditos nos termos da **Cláusula 4.3.3.1**, tal Credor terá seus Créditos Quirografários dos Bondholders integralmente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6**.

**4.3.3.1.2.** Caso seja atingido o limite estabelecido na **Cláusula 4.3.3.1(a)** acima, os Credores titulares de Créditos Quirografários Bondholders cujos créditos sejam reestruturados na forma prevista nesta **Cláusula 4.3.3.1** terão parte de seus Créditos Quirografários dos Bondholders pagos conforme a opção escolhida, de forma *pro rata* e limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário Bondholder constante da Relação de Credores do Administrador Judicial. Os saldos remanescentes serão automaticamente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo.

**4.3.3.2. Créditos Quirografários dos Bondholders a partir de USD750.000,00 (setecentos e cinquenta mil Dólares Norte-Americanos):** Observado o disposto na **Cláusula 4.3.3.2.1**, os



Credores Quirografários Bondholders titulares de Créditos Quirografários dos Bondholders em montante acima de USD750.000,00 (setecentos e cinquenta mil Dólares Norte-Americanos) (ou o equivalente em Reais convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão) terão seus respectivos Créditos reestruturados mediante a entrega na forma das **Cláusulas 4.3.3.3, 4.3.3.4, 4.3.3.5 e 4.3.3.6** abaixo, na seguinte ordem, de:

- (i) ações ordinárias de emissão da Oi detidas pela PTIF, sob a forma de *Depositary Receipts*;
- (ii) um pacote com (a) Novas *Notes*, (b) novas ações ordinárias de emissão da Oi e (c) bônus de subscrição; a serem emitidos pela Oi;

sendo certo que a diferença entre o valor total dos Créditos Quirografários dos Bondholders e o preço global das ações de emissão da Oi detidas pela PTIF, Novas *Notes*, novas ações ordinárias e bônus de subscrição será utilizada, se possível, para absorção de prejuízo à conta de acionistas, nos termos do art. 64, §3º do Decreto-Lei 1598 de 1977 e do Parecer Normativo CST nº 04 de 1981. A diferença que não puder ser absorvida dessa maneira será objeto de remissão, nos termos do art. 385 do Código Civil.

**4.3.3.2.1.** Para todos os fins, a remissão será aplicada primeiramente aos juros, e, apenas posteriormente, à parcela do principal que compõe os Créditos Quirografários dos Bondholders.

**4.3.3.2.2.** Os Credores Quirografários Bondholders sujeitos a restrições impostas por jurisdições estrangeiras para o recebimento de seus respectivos Créditos Quirografários dos Bondholders nos termos previstos na **Cláusula 4.3.3.1.1** deverão comprovar o cumprimento das exigências legais aplicáveis, especialmente a condição de investidor qualificado, nos termos da *Prospectus*

*Directive* do Espaço Econômico Europeu (EEA), para recebimento dos seus respectivos Créditos nos termos da **Cláusula 4.3.3.1.1.**

**4.3.3.2.3.** Para cada USD 664.573,98 (seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três Dólares Norte-Americanos e noventa e oito centavos de Dólares Norte-Americanos) em Créditos Quirografários dos Bondholders, convertidos pela Taxa de Câmbio Conversão, o Credor Quirografário Bondholder receberá, na seguinte ordem e cumulativamente:

- (i) 9.137 (nove mil, cento e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Oi detidas pela PTIF, sob a forma de *Depositary Receipts*, atualmente mantidas pela Oi em tesouraria;
- (ii) um pacote com:
  - (a) Novas *Notes* emitidas ao preço global de emissão USD 145.262,00 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois Dólares Norte-Americanos), o qual compreende o valor de face de USD 130.000,00 (cento e trinta mil Dólares Norte-Americanos) e um prêmio na emissão de USD 15.262,00 (quinze mil, duzentos e sessenta e dois Dólares Norte-Americanos), justificado pela atratividade;
  - (b) 119.017 (cento e dezenove mil e dezessete ações ordinárias de emissão da Oi como resultado de capitalização de créditos após a Homologação Judicial do Plano, dependendo; e
  - (c) 9.155 (nove mil, cento e cinquenta e cinco) bônus de subscrição de emissão da Oi como resultado de capitalização de créditos após a Homologação Judicial do Plano.

**4.3.3.3. Novas Notes.** As *Novas Notes* serão emitidas em múltiplos de USD1.000,00 (mil Dólares Norte-Americanos) e os montantes em créditos que não atingirem o referido múltiplo de USD 1.000,00 (mil Dólares Norte-Americanos) serão desconsiderados para fins desta **Cláusula 4.3.3.3**, não havendo fracionamento ou recebimento proporcional. Para fins de esclarecimento, hipoteticamente, se um Credor Quirografário Bondholder tiver um crédito para recebimento de *Novas Notes* equivalente a USD131.500,00 (cento e trinta e um mil e quinhentos Dólares Norte-Americanos), ele receberá somente *Novas Notes* com valor de face equivalente a USD131.000,00 (cento e trinta e um mil Dólares Norte-Americanos), sendo desconsiderado para os fins desta **Cláusula 4.3.3.3** o valor residual de USD500,00 (quinhentos Dólares Norte-Americanos). A emissão das *Novas Notes* observará os seguintes termos e condições:

- (a) **Valor limite da emissão:** valor de face equivalente a até R\$ 6.300.000.000,00 (seis bilhões e trezentos milhões de Reais), o qual leva em consideração as *Novas Notes* emitidas em favor dos Credores Quirografários Bondholders na forma da **Cláusula 4.3.3**.
- (b) **Vencimento:** O vencimento das *Novas Notes* se dará no 7º (sétimo) ano após a Data de Emissão das *Notes*.
- (c) **Principal:** O valor do principal das *Novas Notes* emitidas será pago em parcela única com vencimento no 5º (quinto) dia do 84º (octogésimo quarto) mês após a Data de Emissão das *Notes*.
- (d) **Juros:** A incidência e o pagamento dos juros poderão ocorrer mediante uma das formas previstas nos itens (i) e (ii) abaixo, a exclusivo critério da Oi:

- (i) Incidência de juros de 10% (dez por cento) ao ano em Dólares Norte-Americanos sobre o valor do principal, a partir da data da Homologação do Plano, os quais serão pagos anualmente em dinheiro, no 5º (quinto) dia do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão das Notes e os demais pagamentos a cada 12 (doze) meses a contar do primeiro pagamento de juros; ou
- (ii) Durante os 3 (três) primeiros anos contados da data da Homologação Judicial do Plano a incidência e o pagamento dos juros ocorrerão conforme previsto no item (x) e a partir do 4º (quarto) ano contado da data da Homologação Judicial do Plano, incidência e o pagamento dos juros ocorrerão conforme previsto no item (y) abaixo:

(x) Até o 3º (terceiro) ano contado da data da Homologação Judicial do Plano, incidência de juros de 12% (doze por cento) ao ano em Dólares Norte-Americanos sobre o valor do principal, pagos anualmente na forma prevista nos itens “a” e “b” abaixo;

a. 8% (oito por cento) dos juros anuais pagos em dinheiro, no 5º (quinto) dia do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão das Notes e os demais pagamentos a cada 12 (doze) meses a contar do primeiro pagamento de juros; e

b. Os 4% restantes capitalizados anualmente ao valor do principal, sendo a primeira capitalização no 5º (quinto) dia do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão das Notes e pagos no 5º (quinto) dia do 36º (trigésimo sexto) mês após a Data de Emissão das Notes, de modo que o saldo

do valor do principal ao final do 3º (terceiro) ano seja o saldo inicial somado dos juros capitalizados no período.

(y) A partir do 4º (quarto) ano contado da data da Homologação Judicial do Plano, incidência de juros de 10% (dez por cento) ao ano em Dólares Norte-Americanos sobre o valor do principal, os quais serão pagos anualmente em dinheiro, no 5º (quinto) dia mês de cada período de juros.

- (e) O direito dos Credores Quirografários Bondholders de receber as Novas *Notes* será sempre limitado ao percentual que seu respectivo Crédito representa da soma total dos Créditos Quirografários dos Bondholders.
- (f) **Demais condições contratuais:** as demais condições aplicáveis às Novas *Notes* emitidas nos termos da **Cláusula 4.3.3.3** estão descritas no **Anexo 4.3.3.3.(f)**.

**4.3.3.4. Ações PTIF:** As ações ordinárias de emissão da Oi detidas pela PTIF, sob a forma de *Depositary Receipts*, atualmente mantidas pela Oi em tesouraria, serão distribuídas aos Credores Quirografários Bondholders, na proporção dos Créditos Quirografários Bondholders por eles detidos, condicionada à aprovação de plano de composição a ser oferecido por qualquer das RECUPERANDAS perante a justiça holandesa.

**4.3.3.5. Ações ordinárias de emissão da Oi:** As ações ordinárias serão emitidas pela Oi em aumento de capital por subscrição privada, observadas as normas regulamentares aplicáveis, e conferirão os mesmos direitos conferidos pelas demais ações ordinárias de emissão da Oi em circulação. A emissão das novas ações ordinárias observará o artigo nº 171, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e os seguintes termos e condições:

- (a) A Oi envidará os melhores esforços para criar e registrar um Programa de DRs das novas ações ordinárias perante a CVM para viabilizar a entrega das ações ordinárias aos Credores Quirografários Bondholders que reestruturarem seus Créditos forma prevista na **Cláusula 4.3.3.1.1**. Caso a Oi não consiga criar e registrar o Programa de DRs das novas ações ordinárias, os Credores Quirografários Bondholders não residentes no Brasil para subscreverem as novas ações ordinárias deverão realizar todos os registros e cadastramentos necessários perante as autoridades brasileiras, de acordo com a legislação aplicável, incluindo abrir uma conta de investimento nos termos da Resolução 4373, observado ainda qualquer outro registro ou cadastramento que venha a ser exigido pela legislação aplicável até a data da subscrição das novas ações ordinárias. O GRUPO Oi não se responsabiliza pelos Credores Quirografários Bondholders não residentes que não puderem subscrever, integralizar ou receber as novas ações ordinárias por não atenderem aos requisitos da legislação vigente para formalizar o investimento, inclusive a abertura de uma Conta 4373 Elegível.
- (b) **Valor limite da emissão:** Serão emitidas até 1.756.054.163 (um bilhão, setecentas e cinquenta e seis milhões, cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e três) ações ordinárias, com um preço unitário de emissão entre R\$ 6,70 (seis Reais e setenta centavos) e R\$ 7,00 (sete Reais), de modo que o montante total do aumento de capital será entre R\$ 11.765.562.892,10 (onze bilhões, setecentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e dois Reais e dez centavos) e R\$ 12.292.379.141,00 (doze bilhões, duzentos e noventa e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e um Reais), integralizado mediante a capitalização de créditos e sujeito ao direito de preferência na forma prevista abaixo.

- (c) **Direito de Preferência:** A emissão das novas ações ordinárias deverá observar, conforme aplicável, o direito de preferência previsto no art. 171 e seus §§ 2º e 3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Nesse contexto, se exercido o direito de preferência pelos acionistas da Oi, as importâncias por eles pagas serão entregues aos titulares dos Créditos a serem capitalizados.
- (d) A obtenção das autorizações e aprovações regulamentares eventualmente necessárias, inclusive ao regular exercício do direito de voto conferido pelas novas ações ordinárias emitidas pela Oi na forma prevista na **Cláusula 4.3.3.5**, será de responsabilidade dos Credores Quirografários Bondholders.

**4.3.3.6. Bônus de Subscrição de emissão da Oi.** Os bônus de subscrição serão emitidos pela Oi, como vantagem adicional à emissão de ações como resultado de capitalização de créditos prevista na Cláusula 4.3.3.5, observadas as normas aplicáveis e nos seguintes termos e condições:

- (a) A Oi envidará os melhores esforços para criar e registrar um Programa de DRs dos bônus de subscrição perante a CVM para viabilizar a entrega dos bônus de subscrição aos Credores Quirografários Bondholders que reestruturarem seus Créditos forma prevista na **Cláusula 4.3.3.1.1**. Caso a Oi não consiga criar e registrar o Programa de DRs dos bônus de subscrição, os Credores Quirografários Bondholders não residentes no Brasil para subscreverem os bônus de subscrição deverão realizar todos os registros e cadastramentos necessários perante as autoridades brasileiras, de acordo com a legislação aplicável, incluindo abrir uma conta de investimento nos termos da Resolução 4373, observado ainda qualquer outro registro ou

cadastroamento que venha a ser exigido pela legislação aplicável até a data da subscrição dos bônus de subscrição. O GRUPO Oi não se responsabiliza pelos Credores Quirografários Bondholders não residentes que não puderem subscrever, integralizar ou receber os bônus de subscrição por não atenderem aos requisitos da legislação vigente para formalizar o investimento, inclusive a abertura de uma Conta 4373 Elegível.

- (b) Os bônus de subscrição serão exercíveis: (i) a partir de 1 (um) ano da data da sua emissão, por um prazo de 90 (noventa) dias, ou (ii) antes da aprovação do Aumento de Capital previsto na **Cláusula 5.3.1**, o que ocorrer primeiro. Para os fins do item (ii), a Oi deverá informar o mercado, na forma da regulamentação aplicável, com antecedência suficiente da ocorrência do Aumento de Capital de forma que os seus titulares possam ter, no mínimo, 15 (quinze) dias para exercer os bônus de subscrição.
- (c) **Direito de Receber Ações Ordinárias:** Os bônus de subscrição serão atribuídos gratuitamente como vantagem adicional aos subscritores das ações emitidas conforme a **Cláusula 4.3.3.5** e conferirão aos seus titulares o direito de receber ações ordinárias de emissão da Oi, sem pagamento de preço de exercício, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada bônus de subscrição.
- (d) **Número de Bônus de Subscrição:** Serão emitidos até 135.081.089 (cento e trinta e cinco milhões, oitenta e um mil, oitenta e nove Reais) bônus de subscrição.

**4.3.3.7.** Os Credores Quirografários Bondholders que (i) não manifestarem expressamente sua opção pela reestruturação de seus respectivos Créditos nos termos da **Cláusula 4.3.3.2**, ou (ii) não observarem ou não puderem cumprir com o disposto na



**Cláusula 4.3.3.2.1;** terão seus respectivos Créditos Quirografários dos Bondholders integralmente alocados para serem pagos na forma da **Cláusula 4.3.6.**

**4.3.4. Pagamento de Créditos Concurtais Agências Reguladoras.** Os Créditos Concurtais Agências Reguladoras não tributários serão quitados por meio de novação até, no máximo, 30 de junho de 2018 e pagos em 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais, da seguinte forma: (i) da 1<sup>a</sup> à 60<sup>a</sup> prestação: 0,160% (cento e sessenta milésimos por cento); (ii) da 61<sup>a</sup> à 120<sup>a</sup> prestação: 0,330% (trezentos e trinta milésimos por cento); (iii) da 121<sup>a</sup> à 180<sup>a</sup> prestação: 0,500% (quinhentos milésimos por cento); (iv) da 181<sup>a</sup> à 239<sup>a</sup> prestação: 0,660% (seiscentos e sessenta milésimos por cento); e (v) 240<sup>a</sup> prestação: saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas através da conversão em renda de valores depositados em dinheiro judicialmente para garantia desses créditos. No mês em que o valor dos depósitos judiciais não for suficiente para pagar a integralidade de uma parcela, tal pagamento será complementado em moeda corrente. A partir do mês subsequente, a Oi pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão corrigidas de acordo com a variação da SELIC e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado, e serão pagas sempre no último Dia Útil de cada mês. Aos Créditos Concurtais Agências Reguladoras não tributários serão aplicados os seguintes descontos: (i) 50% (cinquenta por cento) de juros de mora; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento) de multa de mora.

**4.3.4.1.** Em relação aos débitos vencidos relativos aos processos administrativos punitivos que, na data da Homologação Judicial do Plano, já tenham sido instaurados, sem prejuízo ao disposto no Regulamento de Sanções Administrativas da ANATEL nº 589, de 7 de maio de 2012, após definição dos valores pela autarquia federal competente e sua concordância pelas RECUPERANDAS, o pagamento da primeira parcela será realizado pelas RECUPERANDAS mediante conversão em renda de valores em depósito judicial, na forma da **Cláusula 4.3.4.** Após o pagamento da primeira parcela, as RECUPERANDAS terão carência de 48 (quarenta e oito) meses para

pagamento das demais parcelas, nas condições previstas na **Cláusula 4.3.4.**

**4.3.4.2.** Para fins de cômputo da dívida consolidada por autarquia ou fundação pública federal, as RECUPERANDAS poderão utilizar créditos próprios de mesma natureza e espécie para a liquidação de débitos em discussão na via administrativa nas autarquias e fundações públicas federais, desde que os créditos e os débitos digam respeito à mesma entidade.

**4.3.4.3.** As RECUPERANDAS deverão, perante as autoridades competentes, (i) desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos constantes deste Plano e (ii) renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, nos termos da alínea c do inciso III do caput do art. 487 do Código de Processo Civil. A referida desistência abrangerá somente questionamentos acerca de duplicidade ou cobrança em dobro.

**4.3.4.3.1.** A exigibilidade de todos os créditos das autarquias federais, após a Homologação Judicial do Plano, ficará suspensa e os respectivos processos judiciais que tenham por objeto esses créditos ficarão automaticamente suspensos até o integral cumprimento do disposto na **Cláusula 4.3.4**, mantidas as garantias já apresentadas pelas RECUPERANDAS e as penhoras realizadas.

**4.3.5. Pagamento de Créditos de Credores Fornecedores Parceiros.**

Considerando a importância de que seja mantido o fornecimento de bens e serviços ao GRUPO OI, todos os Credores Fornecedores Parceiros que escolham a opção de pagamento de seus respectivos Créditos Quirografários ME/EPP ou Classe III que não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao GRUPO OI prevista na presente Cláusula através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço

eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br), serão pagos na forma descrita abaixo, exceto pelo disposto na **Cláusula 4.3.5.3** abaixo:

- 4.3.5.1.** Até o limite de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais) (ou o equivalente em Dólares Norte-Americanos ou Euros), e sempre observado o limite dos respectivos valores dos Créditos ME/EPP ou Classe III para os Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III em questão, os Créditos ME/EPP ou Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros serão pagos em uma única parcela, no 20<sup>º</sup> (vigésimo) Dia Útil após o término do prazo para a escolha da opção de pagamento de créditos a ser realizada pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br).
- 4.3.5.2.** O saldo dos Créditos ME/EPP ou Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros que remanescer após o pagamento realizado nos termos da **Cláusula 4.3.5.1** acima será pago com desconto de 10% (dez por cento) em 04 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de (i) TR + 0,5% (meio por cento) ao ano, caso os Créditos ME/EPP ou Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros sejam em Reais; e (ii) 0,5% (meio por cento) ao ano, caso os Créditos ME/EPP ou Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros sejam em Dólares Norte-Americanos ou em Euros, em qualquer caso incidentes sobre o montante líquido de tributos do saldo remanescente e a contar da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável, vencendo-se a primeira parcela no último Dia Útil do primeiro ano após o término do prazo para a escolha da opção de pagamento de créditos a ser realizada pelo respectivo Credor Quirografário através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br) e as demais parcelas no mesmo dia e mês dos anos subsequentes.

**4.3.5.3.** Serão pagos na forma da **Cláusula 4.3.6** abaixo, (i) o Credor Fornecedor Parceiro que, uma vez solicitado por qualquer das RECUPERANDAS, se recusar a fornecer bens e/ou serviços nos mesmos termos e condições praticados até a Data do Pedido pelo respectivo Credor Fornecedor Parceiro para as RECUPERANDAS; e (ii) os créditos de titularidade de Credores Quirografários ME/EPP ou Classe III que não decorrentes de fornecimento de bens e serviços ao GRUPO OI.

**4.3.6. Modalidade de Pagamento Geral.** Os Créditos Quirografários (ou os respectivos e eventuais saldos remanescentes) indicados na **Cláusula 4.3.6.1** abaixo serão pagos conforme descrito a seguir:

- (a) **Carência:** período de carência de amortização de principal de 20 (vinte) anos, contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável.
- (b) **Parcelas:** amortização do principal em 5 (cinco) parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do prazo de carência referido no item (a) desta **Cláusula 4.3.6**, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.
- (c) **Juros/atualização monetária:**
  - a. TR ao ano, caso o titular de Créditos Quirografários opte por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Reais (ou respectivos e eventuais saldos remanescentes); incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável, sendo que o valor total dos juros/atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela referida no item (b) desta **Cláusula 4.3.6**. No caso dos Credores Concursais direcionados para esta **Cláusula 4.3.6**, o

pagamento de seus créditos serão realizados em suas moedas originais.

- b. sem incidência de juros, caso o titular de Créditos Quirografários opte por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou em Euros (ou respectivos e eventuais saldos remanescentes);
- (d) **Opção de Pré-Pagamento:** A Oi terá a opção de, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, quitar antecipadamente os valores devidos na forma desta **Cláusula 4.3.6**, por meio do pagamento de 15% (quinze por cento) do valor do principal e juros capitalizados até a data de exercício da opção.

**4.3.6.1.** Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, a modalidade geral de pagamento prevista na **Cláusula 4.3.6** se aplica aos Credores Quirografários cujos Créditos Quirografários não possam ser pagos por qualquer das demais modalidades previstas neste Plano, com exceção dos Credores Quirografários Bondholders, cuja totalidade dos Créditos serão reestruturados na forma prevista na **Cláusula 4.3.3** acima, notadamente nas hipóteses de (i) serem atingidos os limites previstos para as opções de pagamento estabelecidas nas **Cláusulas 4.3.1.2 e 4.3.1.3** acima e ainda remanescerem saldos de Créditos Quirografários; ou (ii) o Credor Quirografário não indicar tempestivamente a opção de pagamento de seu respectivo Crédito Quirografário, na forma da **Cláusula 4.6** abaixo; (iii) o Credor Quirografário não poder se enquadrar nas hipóteses de pagamento previstas nas **Cláusulas 4.3.1.2, 4.3.1.3 e 4.3.3**; ou (iv) o Credor Quirografário Bondholder não observar ou não poder cumprir com o disposto na **Cláusula 4.3.3.2.1**; ou (v) haver a majoração de Créditos nos termos da **Cláusula 4.10** abaixo; ou (vi) haver a habilitação de Créditos Retardatários nos termos da **Cláusula 4.9**; ou (vii) haver saldo remanescente de Créditos Quirografários Depósitos Judiciais após o levantamento dos respectivos Depósitos

Judiciais; ou (viii) o Credor Fornecedor Parceiro em relação à parcela do seu crédito que não se enquadre na forma de pagamento da **Cláusula 4.3.5** acima.

**4.4. Comissário:** O Credor Quirografário Bondholder, cuja parte dos créditos não atingir o valor individual de cada nova ação ordinária emitida pela Oi nos termos da **Cláusula 4.3.3** e que, em pagamento de seu respectivo Crédito Quirografário dos Bondholders, desejar receber o produto líquido da alienação das referidas novas ações ordinárias emitidas pela Oi mediante a utilização desta parcela de seu Crédito Quirografário dos Bondholders na forma da **Cláusula 4.3.3.4**, poderá nomear um Comissário a ser indicado pela Oi, para fins e efeitos do Artigo 693 do Código Civil, outorgando-lhe mandato e todos os poderes necessários para (i) subscrever as novas ações ordinárias em nome próprio, mas para o benefício do Credor; (ii) alienar as novas ações ordinárias, de forma pública ou privada, em qualquer data; e (iii) a exclusivo critério do Comissário, tomar toda e qualquer providência necessária ou razoável, inclusive o fechamento de contratos de câmbio e remessa dos recursos líquidos apurados com a venda das novas ações ordinárias para a conta corrente indicada pelo respectivo Credor Quirografário Bondholder.

**4.5. Mediação/Conciliação/Acordo com Credores:** Conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial, as RECUPERANDAS ofereceram a todos os Credores Concursais a opção de participar do plano de Mediação/Conciliação/Acordo com o GRUPO OI antes da instalação da Assembleia Geral de Credores. De acordo com o plano de Mediação/Conciliação/Acordo, as RECUPERANDAS se comprometeram a antecipar até R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) dos seus Créditos, com o pagamento em 02 (duas) parcelas da seguinte forma: (i) 90% (noventa por cento) do valor total da parcela do respectivo Crédito a ser pago em até 10 (dez) Dias Úteis após a assinatura do termo de acordo no âmbito da Mediação/Conciliação/Acordo; e (ii) 10% (dez por cento) remanescentes do valor total da parcela do respectivo Crédito a ser pago em até 10 (dez) dias após a Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável.

**4.5.1.** Para os Credores Concursais que decidiram participar do plano de Mediação/Conciliação/Acordo com o GRUPO OI, as RECUPERANDAS cumprirão os termos previstos na **Cláusula 4.5** acima, devendo depositar

na conta indicada pelo respectivo Credor o valor total da segunda parcela, no montante equivalente a 10% (dez por cento) do montante de até R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) em até 10 (dez) dias após a Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável.

**4.5.2.** Caso o Credor Concursal que decidiu participar do plano de Mediação/Conciliação/Acordo com o GRUPO OI seja titular de um Crédito Concursal em montante superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais), as RECUPERANDAS efetuarão o pagamento do saldo remanescente do respectivo Crédito Concursal de acordo com as condições aplicáveis à respectiva classe de credores e com a opção escolhida pelo Credor Concursal, se aplicável.

**4.6. Escolha de Opção de Pagamento.** Para fins do disposto na **Cláusula 4**, os Credores Concursais deverão, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Homologação Judicial do Plano, escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos referidas neste Plano através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br), bem como informar os dados da conta bancária na qual deverá ser realizado o pagamento, conforme o caso, não se responsabilizando as RECUPERANDAS por qualquer desconformidade com a escolha e informações fornecidas através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br), ou pela escolha intempestiva, hipótese na qual estarão as RECUPERANDAS eximidas da obrigação de realizar o respectivo pagamento e será aplicado o disposto na **Cláusula 10.4.1** abaixo.

**4.6.1.** Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, em especial o disposto na **Cláusula 4.6.1.1** abaixo, considerando o caráter alternativo das opções de pagamento estabelecidas na **Cláusula 4** acima, a escolha de cada Credor Concursal deverá necessariamente se restringir a apenas uma das referidas opções.

**4.6.1.1.** Os agentes, que representem mais de um Credor Concursal, poderão escolher diferentes opções de pagamento aplicáveis aos seus representados, sendo certo que cada Credor Concursal

representado não poderá voluntariamente receber o pagamento de seus respectivos Créditos Concurtais, através de mais de uma opção de pagamento.

- 4.6.2.** A escolha manifestada pelo respectivo Credor Concurtal na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br) será irrevogável e irretratável, não podendo ser posteriormente alterada por qualquer razão, a menos que haja expressa concordância das RECUPERANDAS.
- 4.6.3.** O Credor Concurtal que estiver impossibilitado ou não conseguir realizar a escolha da opção de pagamento de seus respectivos créditos através da plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br) poderá enviar a escolha da opção de pagamento pelo correio para a caixa postal da Oi nº 532, CEP 20.010-974, Rio de Janeiro-RJ, devendo informar os dados da conta bancária na qual deverá ser realizado o pagamento de seu respectivo Crédito.
- 4.6.4.** O Credor Concurtal que não realizar a escolha da opção de pagamento de seus respectivos créditos no prazo e formas estabelecidos neste Plano receberá seu respectivo Crédito Concurtal na forma prevista na **Cláusula 4.3.6** acima.
- 4.6.5.** O disposto nas **Cláusulas 4.6.3 e 4.6.4** não se aplicará aos Credores Quirografários Bondholders, cujo procedimento a ser adotado para fins de escolha de opção de pagamento será informado oportunamente RECUPERANDAS.

#### **4.7. Créditos Intercompany:**

- 4.7.1. Créditos Intercompany em Reais:** As RECUPERANDAS poderão convencionar forma alternativa de extinção dos Créditos Intercompany em Reais nos seus termos e condições originalmente contratados, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas na forma da lei, em até 60 (sessenta) dias contados da Homologação Judicial do Plano. Os



Créditos Intercompany em Reais remanescentes serão quitados a partir de 20 (vinte) anos após o término do pagamento dos Créditos previsto na forma da **Cláusula 4.3.6** conforme abaixo:

- (a) **Parcelas:** amortização do principal em 5 (cinco) parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do término do prazo previsto na **Cláusula 4.7.1**, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.
- (b) **Juros/atualização monetária:** TR ao ano incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros/atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela referida no item (a) desta **Cláusula 4.7.1**.
- (c) Os Créditos Intercompany reestruturados na forma da **Cláusula 4.7.1** poderão ser quitados, a critério da Oi, mediante formas alternativas de extinção, inclusive com o encontro de contas na forma da lei.

**4.7.2. Créditos Intercompany em Dólares Norte-Americanos ou Euros:** As RECUPERANDAS quitarão os Créditos Intercompany denominados em Dólares Norte-Americanos ou em Euros, a partir de 20 (vinte) anos após o término do pagamento dos Créditos previsto na forma da **Cláusula 4.3.6**, conforme abaixo:

- (a) **Parcelas:** amortização do principal em 5 (cinco) parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último Dia Útil do término do prazo previsto na **Cláusula 4.7.2**, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.
- (b) **Juros/atualização monetária:** sem incidência de juros.
- (c) Os Créditos Intercompany reestruturados na forma da **Cláusula 4.7.2** poderão ser quitados, a critério da Oi, mediante formas alternativas

de extinção, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas na forma da lei.

**4.8. Créditos Ilíquidos.** Os Créditos Ilíquidos se sujeitam integralmente aos termos e condições deste Plano e aos efeitos da Recuperação Judicial. Uma vez materializados e reconhecidos por decisão judicial ou arbitral que os tornem líquidos, transitada em julgado, ou por acordo entre as partes, inclusive fruto de Mediação, desde que com base em critérios estabelecidos pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, os Créditos Ilíquidos serão pagos na forma prevista na **Cláusula 4.3.6**, exceto quando disposto de forma distinta neste Plano.

**4.9. Créditos Retardatários.** Na hipótese de reconhecimento de Créditos por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, posteriormente à data de apresentação deste Plano ao Juízo da Recuperação Judicial, serão eles considerados Créditos Retardatários e deverão ser pagos de acordo com a classificação e critérios estabelecidos neste Plano para a classe na qual os Créditos Retardatários em questão devam ser habilitados e incluídos, sendo certo que, na hipótese de os Créditos Retardatários envolverem Créditos Quirografários, seus respectivos pagamentos deverão ser realizados na forma prevista na **Cláusula 4.3.6**.

**4.10. Modificação do Valor de Créditos.** Na hipótese de modificação do valor de qualquer dos Créditos já reconhecidos e inseridos na Relação de Credores do Administrador Judicial por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, o valor alterado do respectivo Crédito deverá ser pago nos termos previstos neste Plano, sendo certo que, caso determinado Crédito Quirografário tenha sido majorado, a parcela majorada do Crédito Quirografário em questão deverá ser paga nos termos da **Cláusula 4.3.6**.

**4.11. Reclassificação de Créditos.** Caso, por decisão judicial ou arbitral, transitada em julgado, ou acordo entre as partes, seja determinada a reclassificação de qualquer dos Créditos, com a sua inclusão em classe distinta da indicada na Relação de Credores do Administrador Judicial, o Crédito reclassificado deverá ser pago nos termos e condições previstos na **Cláusula 4.3.6**.

**4.12. Créditos em Moeda Estrangeira.** Observado o disposto no art. 50, § 2º, da LFR, as obrigações e os Créditos em moeda estrangeira serão, conforme cabível e necessário nos termos deste Plano, convertidos para a moeda corrente nacional com base na Taxa de Câmbio Conversão.

## **5. RECURSOS PARA PAGAMENTO DE CREDORES**

**5.1. Alienação de Ativos.** Após a aprovação do Plano, como forma de levantamento de recursos, o GRUPO OI poderá promover, independentemente de nova aprovação dos Credores Concurssais, a alienação dos bens do ativo permanente (não circulante) das RECUPERANDAS listados no **Anexo 3.1.3** a este Plano, bem como de Ativos Não Relevantes. Quaisquer outros ativos que não sejam Ativos Não Relevantes e que integrem o ativo permanente (não circulante) das RECUPERANDAS somente poderão ser alienados e/ou onerados, em conjunto ou isoladamente ou, ainda, reunidos em UPIs, desde que a respectiva alienação e/ou oneração, conforme o caso, seja, enquanto durar a Recuperação Judicial, precedida de (i) avaliação a ser realizada por um avaliador independente de primeira linha nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial para esse fim e, após, (ii) aprovação do Juízo da Recuperação Judicial.

**5.1.1.** Com o objetivo de gerar liquidez e proporcionar uma melhora em seu fluxo de caixa, as RECUPERANDAS empreenderão seus melhores esforços com o objetivo de se beneficiarem de oportunidades de participar de processos de consolidação do mercado de telecomunicações brasileiro e de alienação de ativos, inclusive decorrentes de eventuais alterações no modelo regulatório, sempre observado o disposto na **Cláusula 5.1** e o interesse das próprias RECUPERANDAS, sem prejuízo do cumprimento de obrigações ainda pendentes perante credores, objeto do Plano de Recuperação Judicial.

**5.2. Geração de Caixa Excedente (Cash Sweep).** Durante os 3 (três) primeiros exercícios fiscais contados da data da Homologação Judicial do Plano, o GRUPO OI destinará o montante equivalente a 100% da Receita Líquida da Venda de Ativos que exceder USD200.000.000,00 (duzentos milhões de Dólares Norte-Americanos) para investimentos em suas atividades. A partir do 4º (quarto) exercício fiscal contado da data da Homologação Judicial do Plano e desde que seja atingido o Saldo do Caixa

Mínimo, o GRUPO OI destinará aos seus Credores Quirografários, Credores Quirografários Bondholders e Credores com Garantia Real o montante equivalente a 70% da Receita Líquida da Venda de Ativos, com o objetivo de acelerar o pagamento de suas dívidas no âmbito da RJ, desde que tal alienação de ativos exceda USD200.000.000,00 (duzentos milhões de Dólares Norte-Americanos). A partir do 6º (sexto) exercício fiscal contado da data da Homologação Judicial do Plano, o GRUPO OI destinará aos seus Credores Quirografários, Credores Quirografários Bondholders e Credores com Garantia Real o montante equivalente a 70% (setenta por cento) do Saldo de Caixa que exceder o Saldo do Caixa Mínimo.

**5.2.1. Distribuição dos recursos do Cash Sweep.** A distribuição dos valores relativos ao *Cash Sweep* descritos na **Cláusula 5.2** acima ocorrerá de forma proporcional (*pro rata*) aos pagamentos previstos nas **Cláusulas 4.2, 4.3.1.2, 4.3.1.3, 4.3.3 e 4.3.6**, conforme aplicável, com a consequente redução proporcional do saldo dos respectivos créditos e limitado ao valor do crédito de cada Credor com Garantia Real, Quirografário e Quirografário Bondholder conforme constante da Relação de Credores do Administrador Judicial. O saldo remanescente dos Créditos com Garantia Real, Quirografários e Quirografários dos Bondholders após o pagamento decorrente do Cash Sweep será recalculado e ajustado nos termos do presente Plano e seu pagamento observará o disposto na **Cláusula 4.2, Cláusula 4.3** e suas subcláusulas, conforme o caso.

### **5.3. Novos Recursos.**

**5.3.1. Aumento de Capital.** Como medida para cumprimento do presente Plano, assim que possível, após a Reestruturação dos Bonds prevista na **Cláusula 4.3.3**, a OI realizará um Aumento de Capital, na forma da lei aplicável e nas condições previstas nesta **Cláusula 5.3**.

**5.3.1.1. Estrutura do Aumento de Capital.** O Aumento de Capital será realizado por meio da emissão privada de ações ordinárias de emissão da Oi.

- 5.3.1.2. Direito de Preferência.** Nos termos do art. 171, §2º da Lei das S.A., os acionistas da Oi por ocasião do Aumento de Capital terão direito de preferência para a subscrição das ações emitidas.
- 5.3.1.3. Montante do Aumento de Capital:** O montante total do Aumento de Capital será de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de Reais).
- 5.3.1.4. Preço de Emissão e Garantia.** O preço de emissão das ações no Aumento de Capital será calculado pela divisão do valor de R\$ R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de Reais) pelo número de ações da Oi em circulação imediatamente antes do Aumento de Capital. Conforme carta constante do **Anexo 5.3.1.4**, certos investidores (para os fins deste Plano, os “Garantidores”), confirmaram à Oi que estão dispostos a prontamente fornecer ou obter compromissos firmes de garantia da subscrição integral do Aumento de Capital, de acordo com condições previstas em instrumentos contratuais a serem de boa-fé negociados e celebrados entre tais credores e a Companhia antes da realização da Assembleia Geral de Credores.
- 5.3.1.5. Aprovação e Condições para o Aumento de Capital:** A emissão das ações ordinárias será devidamente aprovada pelos órgãos competentes tão logo quanto possível após a Reestruturação dos Bonds conforme prevista na **Cláusula 4.3.3**. Se houver qualquer empecilho a essa aprovação, ele poderá ser suprido por decisão do Juízo da Recuperação Judicial.
- 5.3.1.6. Prêmio de Compromisso:** Em função do compromisso de garantir a subscrição da totalidade do Aumento de Capital, a Oi irá remunerar os Garantidores, tendo como base a sua parcela garantida do Aumento de Capital. Assim, em contrapartida ao compromisso firme de subscrição e integralização das novas ações emitidas no Aumento de Capital, na forma prevista neste Plano, os Garantidores farão jus a um prêmio de compromisso

equivalente a 8% (oito por cento) do montante por eles garantido em moeda corrente nacional; ou (ii) 10% (dez por cento) do montante por eles garantido em ações ordinárias emitidas pela Oi (“Prêmio de Compromisso”), a ser determinado com base na **Cláusula 5.3.1.6.1.**

**5.3.1.6.1.** Caso o preço médio ponderado por volume das ações ordinárias de emissão da Oi nos 30 dias que antecederem o Aumento de Capital seja superior a R\$10,00 (dez Reais), a escolha da forma de pagamento do Prêmio de Compromisso será da Oi; caso seja inferior, a escolha será feita individualmente por cada um dos Garantidores.

**5.3.1.6.2.** Para fins do pagamento do Prêmio de Compromisso, o valor das ações a serem entregues aos Garantidores será o seu preço de emissão no Aumento de Capital.

**5.3.1.7. Pagamento do Prêmio de Compromisso.** O Prêmio de Compromisso será devido a partir do momento que tais Garantidores celebrarem com a Oi instrumentos definitivos de garantia firme de subscrição e integralização do Aumento de Capital e deverá ser pago com a conclusão do Aumento de Capital nos termos deste Plano ou na efetivação de qualquer outro plano de recuperação, nos termos acordados entre a Oi e os Garantidores, podendo ser compensado com valores a integralizar pelos Garantidores.

**5.3.1.8. Programa de DRs.** A Oi envidará os melhores esforços para criar e registrar perante a CVM um Programa de DRs, representativos das ações emitidas no Aumento de Capital. Caso a Oi não consiga criar e registrar o Programa de DRs das ações, os subscritores não residentes no Brasil que desejarem subscrever as ações deverão realizar todos os registros e cadastramentos necessários perante as autoridades brasileiras, de acordo com a legislação aplicável, incluindo abrir uma conta de investimento

nos termos da Resolução 4373, observado ainda qualquer outro registro ou cadastramento que venha a ser exigido pela legislação aplicável até a data da subscrição das ações. O GRUPO OI não se responsabiliza pelos subscritores não residentes que não puderem subscrever, integralizar ou receber as ações por não atenderem aos requisitos da legislação vigente para formalizar o investimento, inclusive a abertura de uma Conta 4373 Elegível.

### **5.3.2. Formas de Financiamento Adicionais**

**5.3.2.1.** Além dos recursos obtidos com o Aumento de Capital, a Companhia poderá buscar, caso necessário, em até 2 (dois) anos da data da Homologação Judicial do Plano, novos recursos no mercado de capitais, no montante total de até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de Reais).

**5.3.2.1.1.** Estas captações serão realizadas em condições atrativas para viabilizar a capitalização dos recursos necessários à consecução das atividades do GRUPO OI, podendo ser realizadas, entre outras formas, mediante a emissão de pública de ações ordinárias ou de novos instrumentos de dívida, incluindo dívidas com garantia.

**5.3.2.2.** Com a aprovação do Plano e a readequação de sua estrutura de capital, as RECUPERANDAS envidarão os seus melhores esforços para a obtenção de abertura de novas linhas de crédito para importação de equipamentos no valor potencial de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de Reais), inclusive à luz da indicação preliminar recebida de assessor financeiro de agências de crédito à exportação (*Export Credit Agencies*).

## **6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

**6.1.** Além das operações de reorganização societária descritas no **Anexo 6.1**, as RECUPERANDAS poderão realizar operações de reorganização societária, tais como cisão, fusão, incorporação de uma ou mais sociedades, transformação, dissolução ou liquidação envolvendo as próprias RECUPERANDAS e/ou quaisquer de suas Afiliadas,

sempre com o objetivo de otimizar as suas operações e incrementar os seus resultados, contribuindo assim para o cumprimento das obrigações constantes deste Plano, desde que obedecem as formalidades legais e que tais operações não impliquem (i) diminuição ou oneração dos ativos pertencentes ao GRUPO OI, (ii) aumento de seu endividamento total, e/ou (iii) Efeito Adverso Relevante nas sociedades integrantes do GRUPO OI, a não ser que as consequências referidas em (i), (ii) e (iii) acima estejam previstas neste Plano.

## **7. GOVERNANÇA DA OI DURANTE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

**7.1. Governança Corporativa.** A administração do GRUPO OI deverá observar, na condução das suas atividades, as melhores práticas de governança corporativa, além de todos os termos, condições e limitações constantes deste Plano e dos demais instrumentos relacionados com a Recuperação Judicial.

**7.2. Diretoria:** A partir da Aprovação do Plano, as seguintes regras deverão ser observadas, de modo a assegurar o efetivo cumprimento do objeto social da Oi e das medidas previstas no Plano:

**7.2.1.** Os Diretores estatutários da Oi, que estavam no exercício de suas atividades em data anterior a agosto de 2017, serão mantidos nos mesmos cargos e funções em que atuam nesta data e terão seus respectivos mandatos prorrogados, até o encerramento da Recuperação Judicial. Serão vedadas, durante o referido período, a destituição e alteração das competências daqueles que já estavam em exercício antes de agosto de 2017, os quais permanecerão exclusivamente responsáveis pela execução do Plano e implementação das medidas nele previstas até o encerramento da Recuperação Judicial, com o intuito de assegurar o efetivo cumprimento das medidas previstas no Plano.

**7.2.2.** Os atuais Diretores estatutários nomeados a partir de agosto de 2017 exercerão seus respectivos cargos com as atribuições operacionais a serem fixadas em reunião da Diretoria da Oi. Os referidos Diretores deverão se abster de interferir, direta ou indiretamente, de qualquer modo em questões relacionadas à Recuperação Judicial.



**7.2.3.** Os Diretores estatutários da Oi, que estavam no exercício de suas atividades em data anterior a agosto de 2017, poderão sugerir a indicação de 1 (um) a 4 (quatro) nomes de novos membros para compor a Diretoria da Oi ou substituir eventuais membros, o(s) qual(is) será(ão) eleito(s) ou destituído(s), oportunamente, pelo Conselho de Administração Transitório, a ser composto nos termos da **Cláusula 7.3** abaixo. Posteriormente, o Novo Conselho de Administração, a ser composto nos termos da **Cláusula 7.4** abaixo, poderá deliberar livremente sobre a composição da Diretoria, desde que mantidos, em suas respectivas funções, até o final da Recuperação Judicial, os Diretores que estavam no exercício de suas atividades em data anterior a agosto de 2017.

**7.3. Conselho de Administração Transitório.** De modo a assegurar o efetivo cumprimento do objeto social da Oi e das medidas previstas no Plano, a partir da Aprovação do Plano, os membros do Conselho de Administração Transitório serão aqueles indicados no **Anexo 7.3**, formando o Conselho de Administração Transitório até a aprovação regulamentar aplicável e efetiva posse dos membros do Novo Conselho de Administração, na forma prevista nas **Cláusulas 7.4 a 7.4.5**, sendo certo que, na hipótese de qualquer impasse, o Presidente do Conselho de Administração Transitório terá o voto de qualidade, de acordo com o artigo 30 do Estatuto Social da Oi. Os demais membros do atual Conselho de Administração, titulares e suplentes, terão todas as suas funções suspensas até a posse do Novo Conselho de Administração, nos termos do artigo 50, IV da LRF, inclusive em Comitês de assessoramento à administração da Oi.

**7.4. Novo Conselho de Administração.** Assim que possível, após concluída a Reestruturação de Bonds prevista na **Cláusula 4.3.3**, porém não mais que 90 (noventa) dias contados de tal data, o Conselho de Administração Transitório deverá convocar uma Assembleia Geral de acionistas para ratificar uma chapa de nomes, definida com base na **Cláusula 7.4.1** abaixo, que formará o Novo Conselho de Administração para a Oi.

**7.4.1. Formação da Chapa.** O Novo Conselho de Administração será composto por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes e será eleito para um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Os nomes do Novo

Conselho de Administração serão aqueles indicados na chapa apresentada pelo Conselho de Administração Transitório e ratificada pela assembleia geral de acionistas, observadas em sua formação obrigatoriamente as seguintes condições:

- (a) ao menos 8 (oito) serão conselheiros independentes, conforme definido no Estatuto Social da Oi, profissionais de mercado, devendo preferencialmente ser ou ter sido membros de conselhos de administração de outras companhias brasileiras ou estrangeiras de capital aberto (para fins desta Cláusula, os "Conselheiros Independentes"), escolhidos da seguinte forma:
  - i. 1 (um) dos Conselheiros Independentes será o atual Presidente do Conselho de Administração da Oi, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, o qual permanecerá como Presidente do Novo Conselho de Administração, e o seu suplente será o Sr. Ricardo Reisen de Pinho;
  - ii. os outros 7 (sete) Conselheiros Independentes e seus suplentes serão escolhidos pela maioria do Conselho de Administração Transitório exclusivamente dentre relação contendo ao menos 22 (vinte e dois) nomes de candidatos, preparada por empresa especializada em recrutamento de renome internacional, escolhida pela Diretoria da Oi.
- (b) os outros 3 (três) conselheiros e seus suplentes serão escolhidos pela maioria do Conselho de Administração Transitório.

**7.4.2. Prazos para formação da chapa.** Na formação da chapa com os novos nomes para o Novo Conselho de Administração deverão ser observados os seguintes prazos:

- (a) em até 10 (dez) dias contados da Reestruturação de Bonds prevista na **Cláusula 4.3.3**, a Diretoria deverá informar ao mercado a empresa

especializada escolhida e contratada para propor a relação de nomes de Conselheiros Independentes;

- (b) a referida empresa especializada terá um prazo de até 20 (vinte) dias para apresentar ao Conselho de Administração Transitório a relação de candidatos para os cargos de Conselheiros Independentes, com a declaração prevista no artigo 26, parágrafo segundo do Estatuto Social da Oi, devidamente preenchida e assinada;
- (c) recebida a relação de candidatos mencionada acima, o Conselho de Administração Transitório deverá, em até 15 (quinze) dias, definir a formação da chapa, respeitados os requisitos da **Cláusula 7.4.1**, devendo informar a composição da chapa aos acionistas e ao mercado.

**7.4.3. Chapa proposta pela Diretoria.** Encerrado o prazo previsto no item (c) da **Cláusula 7.4.2** acima, caso o Conselho de Administração Transitório ainda não tenha informado a composição da chapa a ser submetida à ratificação da assembleia geral de acionistas ou informado em desacordo com o disposto na **Cláusula 7.4.1**, a chapa com os membros do Novo Conselho de Administração deverá ser inteiramente proposta pela Diretoria ao Conselho de Administração Transitório, no prazo de até 15 (quinze) dias, devendo a Diretoria observar os requisitos e condições listados na **Cláusula 7.4.1**, hipótese na qual o Conselho de Administração Transitório deverá submeter à ratificação da assembleia geral de acionistas a chapa indicada pela Diretoria.

**7.4.4.** A composição do Novo Conselho de Administração será ratificada pela assembleia geral de acionistas, na forma da lei societária aplicável.

**7.4.5.** A investidura dos membros do Novo Conselho de Administração observará as normas regulamentares aplicáveis.

**7.4.6.** Caso a assembleia geral de acionistas não ratifique a chapa de nomes para composição do Novo Conselho de Administração, conforme previsto na

**Cláusula 7.4**, cujo o objetivo é assegurar a adequada governança da Oi e o fiel cumprimento do Plano, a Diretoria da Oi poderá requerer ao Juízo da Recuperação Judicial tutela jurisdicional equivalente a fim de manter o equilíbrio dos interesses envolvidos na Recuperação Judicial e a preservação do Grupo Oi.

**7.5. Curso normal das atividades.** Até a ratificação do Novo Conselho de Administração pela assembleia geral de acionistas ou a tutela jurisdicional equivalente pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos previstos na **Cláusula 7.4.6** acima, as RECUPERANDAS comprometem-se a conduzir os negócios do Grupo Oi de acordo com o curso ordinário de suas operações e com o previsto no Plano.

**7.6. Aquisição de controle.** Caso, entre a Reestruturação de Bonds prevista na **Cláusula 4.3.3** e o encerramento da Recuperação Judicial, ocorra a aquisição do Controle do Grupo Oi, o Novo Conselho de Administração da Oi poderá propor alterações das regras de governança corporativa estabelecidas na **Cláusula 7** e suas subcláusulas deste Plano, desde que (i) respeitem as disposições sobre Alienação de Controle previstas no Capítulo VII, Seção I do estatuto social da Oi; (ii) obtenham as autorizações legais perante os órgãos regulamentares; e (iii) mantenham em suas respectivas funções, até o final da Recuperação Judicial, os Diretores que estavam no exercício de suas atividades em data anterior a agosto de 2017.

**7.7.** As eventuais omissões ou dúvidas a respeito da **Cláusula 7** e suas subcláusulas deverão ser dirimidas pelo Juízo da Recuperação Judicial.

## **8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

### **8.1. Restrição a Pagamentos de Dividendos.**

**8.1.1.** As RECUPERANDAS não poderão declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer RECUPERANDA), exceto por:

- (a) dividendos, retorno de capital ou outras distribuições, conforme estatuto social da Oi;
- (b) dividendos, retorno de capital ou outras distribuições exclusivamente para as RECUPERANDAS;
- (c) dividendos, distribuição ou retornos de capital realizados proporcionalmente para as RECUPERANDAS, de um lado, e para os detentores minoritários do capital social de uma RECUPERANDA, de outro lado (ou pelo menos de forma proporcional para o acionista minoritário);
- (d) pagamentos ou distribuições por qualquer RECUPERANDA para acionistas dissidentes de acordo com a legislação aplicável relativo a operações de fusão, incorporação, aquisição realizada após a data da Homologação Judicial do Plano; ou
- (e) qualquer pagamento de dividendos realizado de acordo com este Plano ou determinado pela legislação aplicável.

8.1.2. As RECUPERANDAS somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas em conformidade com o disposto abaixo:

- (a) Até o 6º (sexto) aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as RECUPERANDAS não realizarão qualquer pagamento de dividendos;
- (b) Após o 6º (sexto) aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as RECUPERANDAS estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente dívida líquida consolidada da Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2 (dois) após o encerramento do exercício social relevante.

8.2. **Suspensão de Obrigações.** Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) (para

fins desta cláusula, referido período denominado “Período de Suspensão”) no que se refere aos Créditos Concurrais a serem renegociados e pagos na forma deste Plano, as obrigações listadas abaixo não serão mais aplicáveis aos Créditos Concurrais a serem renegociados e pagos na forma deste Plano (para fins desta cláusula, “Obrigações Suspensas”):

(i) Resgate anual antecipado com Geração de Caixa Excedente;

(ii) Restrição a Pagamento de Dividendos.

**8.2.1.** Durante qualquer Período de Suspensão, nenhum descumprimento ou quebra de qualquer cláusula deve ser considerado como existente, nos termos deste Plano. As RECUPERANDAS serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos tomados ou incorridos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações contratuais, estivessem permitidos).

**8.2.2.** Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de rating classifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas na **Cláusula 8.2** estarão suspensas (para fins desta Cláusula, “Evento de Suspensão de Obrigações”). Se em qualquer data subsequente (para fins desta Cláusula, “Data de Reversão”), 1 (uma) ou ambas as agências de rating cancelar os ratings de grau de investimento ou reduzir os ratings da Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltam a ser aplicáveis.

**8.3. Aumento do Capital Autorizado.** Como forma de possibilitar a aprovação das emissões de ações e bônus de subscrição previstas neste Plano independentemente de reforma estatutária, a Oi se compromete a convocar, assim que possível após a Homologação Judicial do Plano, assembleia geral de acionistas para deliberar sobre o aumento do limite do seu capital autorizado em quantidade suficiente para fazer frente a tais emissões, se necessário for. Se houver qualquer empecilho a essa aprovação, ele poderá ser suprido por decisão do Juízo da Recuperação Judicial.

**8.4. Obrigações de Fazer.** Por meio deste Plano, as RECUPERANDAS comprometem-se a, durante o curso da Recuperação Judicial, (a) conduzir os negócios do GRUPO OI de acordo com o curso ordinário de suas operações; (b) observar todos os termos, condições e limitações estabelecidos neste Plano; e (c) cumprir com todas as obrigações assumidas neste Plano.

## 9. EFEITOS DO PLANO

**9.1. Vinculação do Plano.** A partir da Homologação Judicial do Plano, as disposições deste Plano vinculam as RECUPERANDAS, seus acionistas e sócios, os Credores Concursais e respectivos cessionários e sucessores, nos termos do art. 59 da LFR.

**9.1.1.** A Aprovação do Plano constitui autorização e consentimento vinculante concedidos pelos Credores Concursais para que as RECUPERANDAS possam, dentro dos limites da Lei e dos termos deste Plano, adotar todas e quaisquer providências que sejam apropriadas e necessárias para a implementação das medidas previstas neste Plano, inclusive (i) obtenção de medida judicial, extrajudicial ou administrativa (seja de acordo com qualquer lei de insolvência ou no âmbito de qualquer procedimento de natureza principal ou incidental) pendente ou a ser iniciado pelas RECUPERANDAS, qualquer dos representantes das RECUPERANDAS ou qualquer representante da Recuperação Judicial em qualquer jurisdição que não seja o Brasil com o propósito de conferir força, validade e efeito ao Plano e sua implementação; (ii) o estabelecimento de procedimentos para (iii) Credores não residentes no Brasil manifestarem sua escolha quanto à opção para pagamento de seus respectivos Créditos Concursais, sem prejuízo do disposto nas **Cláusulas 4.6, 4.6.1, 4.6.2, 4.6.3 e 4.6.4**; (iv) pagamento dos Créditos de titularidade dos referidos Credores não residentes no Brasil na forma aplicável, conforme prevista neste Plano; e (v) para garantir o tratamento equitativo dos Credores, deduzir dos valores dos Créditos a serem pagos pelas RECUPERANDAS, nos termos deste Plano, aos Credores, residentes ou não no Brasil, indicados na Relação de Credores do Administrador Judicial, todo e qualquer valor recebido por tais credores das RECUPERANDAS e/ou decorrente da eventual alienação,

liquidação ou excussão dos seus ativos em outras jurisdições, conforme aplicável.

**9.1.1.1.** Em consonância com o acima exposto, os Credores que aprovarem o Plano expressamente declaram que se comprometem a aprovar qualquer outro instrumento de composição entre credores e quaisquer das RECUPERANDAS, a ser submetido à aprovação de credores em qualquer jurisdição, inclusive, mas não se limitando a, um plano de composição a ser oferecido por qualquer das RECUPERANDAS perante a justiça holandesa, bem como a celebrar todo e qualquer instrumento necessário para efetivar tal composição de credores.

**9.2. Novação.** Exceto pelo disposto na **Cláusula 9.2.1** abaixo e no caso de acordo específico entre o Credor com Garantia Real e o GRUPO OI, bem como observado o disposto na **Cláusula 4.2.3**, a Homologação Judicial do Plano implicará na novação dos demais Créditos Concurtais, nos termos do art. 59 da LFR, os quais serão pagos na forma estabelecida neste Plano. Por força da novação, todas as obrigações, *covenants* contratuais, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias de quaisquer naturezas assumidas ou prestadas pelas RECUPERANDAS ficam extintas, sendo substituídas, em todos os seus termos (exceto quando disposto de forma diversa neste Plano), pelas previsões deste Plano.

**9.2.1.** Tendo em vista a importância das garantias vigentes constituídas pelas sociedades do GRUPO OI para manutenção de outorgas de uso de radiofrequência, conforme exigido pelas Autoridades Governamentais, bem como manutenção de ativos e direitos necessários à prestação de serviços no âmbito das referidas outorgas, fica expressamente ressalvado que as referidas garantias não serão afetadas pela novação prevista na **Cláusula 9.2** acima.

**9.3. Extinção das Ações.** A partir da Homologação Judicial do Plano, enquanto este Plano estiver sendo cumprido, e observado o disposto nas **Cláusulas 4.1.2** e **4.3.2**, os Credores Concurtais, salvo os Credores Trabalhistas, não mais poderão (i) ajuizar ou prosseguir em toda e qualquer ação judicial ou Processo de qualquer natureza contra as



RECUPERANDAS relacionado a qualquer Crédito Concursal, excetuado o disposto no art. 6º, §1º, da LFR relativamente a Processos em que se estejam discutindo Créditos Ilíquidos; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as RECUPERANDAS relacionada a qualquer Crédito Concursal; (iii) penhorar ou onerar quaisquer bens do GRUPO OI para satisfazer seus respectivos Créditos Concurtais ou praticar qualquer outro ato construtivo contra o patrimônio das RECUPERANDAS; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre os bens e direitos das RECUPERANDAS para assegurar o pagamento de Crédito Concursal; (v) reclamar qualquer direito de compensação de seu respectivo Crédito Concursal contra qualquer crédito devido às RECUPERANDAS; (vi) buscar a satisfação de seu Crédito Concursal por qualquer outro meio, que não o previsto neste Plano. Com a Homologação Judicial do Plano, todas as execuções e outras medidas judiciais em curso contra o GRUPO OI relativas aos Créditos Concurtais serão extintas, e as penhoras e constrições judiciais liberados, sendo igualmente liberados em favor do GRUPO OI o saldo de Depósitos Judiciais que não tenham sido empregados no pagamento de Credores nos termos das **Cláusulas 4.1.2 e 4.3.2** acima.

**9.4. Formalização de Documentos e Outras Providências.** O GRUPO OI, os adquirentes de quaisquer ativos de propriedade de qualquer das RECUPERANDAS e os Credores e seus representantes e advogados deverão praticar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados para cumprimento e implementação do disposto neste Plano.

**9.5. Equivalência econômica no cumprimento do Plano.** Na hipótese de qualquer das operações previstas no presente Plano, que não envolva pagamento em dinheiro aos Credores Concurtais, não ser possível de ser implementada pelas Recuperandas para qualquer Credor Concursal, seja pelo transcurso dos prazos previstos para a implementação de tais operações ou por razões regulamentares, as Recuperandas adotarão as medidas necessárias com o objetivo de assegurar um resultado econômico equivalente para os Credores Concurtais.

**9.6. Quitação.** Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão, de forma automática, proporcional ao valor efetivamente recebido e independente de qualquer formalidade adicional, a quitação plena, rasa, irrevogável e irretroatável de todo e qualquer Crédito Concursal contra as RECUPERANDAS, seja por

obrigação principal ou fidejussória, inclusive em relação a Encargos Financeiros, de modo que os Credores Concursais nada mais poderão reclamar contra as RECUPERANDAS relativamente aos Créditos Concursais, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele.

**9.7. Ratificação de Atos.** A Aprovação do Plano pela Assembleia Geral de Credores implicará a aprovação e ratificação de todos os atos regulares de gestão praticados e medidas adotadas pelas RECUPERANDAS no curso da Recuperação Judicial, incluindo, mas não se limitando aos atos necessários à reestruturação na forma proposta neste Plano, bem como todos demais atos e ações necessárias para integral implementação e consumação deste Plano e da Recuperação Judicial, os quais ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito, inclusive e especialmente dos artigos 66, 74 e 131 da LFR.

**9.8. Isenção de responsabilidade e renúncia.** Em decorrência da Aprovação do Plano, os Credores expressamente liberam as Partes Isentas de toda e qualquer responsabilidade pelos atos regulares de gestão praticados e obrigações contratadas antes ou depois da Data do Pedido, inclusive com relação à reestruturação prevista neste Plano, conferindo às Partes Isentas quitação ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável de todos os direitos e pretensões patrimoniais, penais e morais porventura decorrentes dos referidos atos a qualquer título.

**9.8.1.** A Aprovação do Plano representa igualmente expressa e irrevogável renúncia por parte dos Credores aos direitos em que se fundam as ações listadas no **Anexo 9.8.1**, conforme aplicável, bem como a quaisquer reivindicações, ações ou direitos de ajuizar, promover, dar prosseguimento ou reivindicar, judicial ou extrajudicialmente, a qualquer título e sem reservas ou ressalvas, em quaisquer jurisdições, a reparação de danos e/ou outras ações ou medidas promovidas contra as Partes Isentas em relação aos atos praticados e obrigações assumidas pelas Partes Isentas, inclusive em virtude de e/ou no curso da Recuperação Judicial. Os Credores, conforme aplicável, tomarão as medidas cabíveis para que os *trustees* nomeados nos processos de falência holandeses da OI COOP e da PTIF encerrem todos os litígios contra as Partes Isentas ou façam com que tais litígios sejam encerrados.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

**10.1. Condições suspensivas.** A eficácia deste Plano está condicionada a (i) Aprovação do Plano; e (ii) Homologação Judicial do Plano e a eficácia da implementação das medidas previstas neste Plano está condicionada ao cumprimento das exigências e condições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis.

**10.2. Obrigações de Fazer e Não-Fazer.** Por meio deste Plano, as RECUPERANDAS comprometem-se a, durante o curso da Recuperação Judicial, (a) conduzir os negócios do GRUPO OI de acordo com o curso ordinário de suas operações; (b) observar todos os termos, condições e limitações estabelecidos neste Plano; e (c) cumprir com todas as obrigações assumidas neste Plano.

**10.2.1.** Sem prejuízo do disposto na **Cláusula 10.2** acima, as RECUPERANDAS obrigam-se a adotar as medidas que estejam ao seu alcance e sejam necessárias para que este Plano seja reconhecido como eficaz, exequível e vinculante nas jurisdições estrangeiras aplicáveis, na medida em que tal reconhecimento se faça necessário para a implementação das medidas previstas neste Plano em relação aos respectivos Credores.

**10.3. Encerramento da Recuperação Judicial.** A Recuperação Judicial será encerrada mediante a verificação do cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano que se vencerem até 2 (dois) anos contados da Homologação Judicial do Plano.

**10.4. Meios de Pagamento.** Exceto para os Credores Trabalhistas partes em Processos, que sempre receberão mediante depósito judicial nos autos dos respectivos Processos, salvo se houver previsão diversa no Plano, os valores devidos aos Credores Concurais serão pagos mediante (a) a transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor Concural, por meio de documento de ordem de crédito (DOC), ou de transferência eletrônica disponível (TED), (b) por Ordem de Pagamento a ser sacada diretamente no caixa de instituição financeira pelo respectivo Credor Concural, conforme o caso, servindo o comprovante da referida operação financeira como prova de quitação do respectivo pagamento; ou, ainda, (c) outros meios necessários para pagamento dos Créditos Concurais Agências Reguladoras.

**10.4.1.** Os pagamentos previstos neste Plano serão realizados somente após a disponibilização e envio pelos Credores Concursais, com exceção dos Credores Trabalhistas partes em Processos, de seus dados cadastrais atualizados e informações de conta bancária na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Oi no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br). Caso o Credor Concursal não disponibilize e envie as referidas informações em tempo hábil para que as RECUPERANDAS possam realizar o respectivo pagamento, nas datas e prazos previstos neste Plano, não será considerado descumprimento de Plano. Não haverá incidência de multas, atualização monetária ou encargos moratórios em relação aos pagamentos que não tenham sido efetuados nas datas e prazos previstos neste Plano em virtude de os Credores Concursais não terem disponibilizado e enviado tempestivamente as referidas informações.

**10.5. Datas de Pagamento.** Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação prevista neste Plano estar prevista para ser realizada ou satisfeita em um dia que não seja um Dia Útil, o referido pagamento ou obrigação poderá ser realizado ou satisfeito, conforme o caso, no Dia Útil imediatamente seguinte, sem que isso caracterize impontualidade das RECUPERANDAS ou implique incidência de Encargos Financeiros. Da mesma forma, tendo em vista eventuais obrigações de pagamento dependentes de atos ainda não performados, as RECUPERANDAS envidarão todos os esforços para realizar os pagamentos na data mais breve possível, de acordo com a sistemática deste Plano.

**10.6. Comunicações.** Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações ao GRUPO OI, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues; ou (ii) enviadas por e-mail com comprovante de entrega, observando-se os dados de contato a seguir:

**Oi S.A.**

Rua Humberto de Campos, 425

Protocolo – Recuperação Judicial

Leblon  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP 22430-190  
E-mail: rjoi@oi.net.br

**10.7. Divisibilidade das Previsões do Plano.** Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação Judicial, a validade e eficácia das demais disposições não serão afetadas, devendo as RECUPERANDAS propor novas disposições para substituírem aquelas declaradas inválidas, nulas ou ineficazes, de forma a manter o propósito do estabelecido neste Plano.

**10.8. Cessão de Créditos.** Exceto se disposto de forma contrária neste Plano, os Credores poderão ceder seus créditos a outros Credores ou a terceiros, e a cessão somente produzirá efeitos desde que (i) as RECUPERANDAS, o Administrador Judicial e o Juízo da Recuperação Judicial sejam informados; e (ii) os cessionários firmem declaração por escrito atestando o recebimento de uma cópia do Plano e reconhecendo que o Crédito cedido estará sujeito às disposições do Plano.

**10.9. Alterações Anteriores à Aprovação do Plano.** As Recuperandas se reservam o direito, na forma da Lei, de alterar este Plano até a data da Aprovação do Plano, inclusive de modo a complementar o protocolo com documentos adicionais e traduções de documentos correlatos.

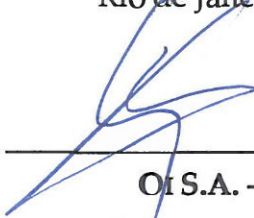
**10.10. Lei Aplicável.** Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, ainda que os Créditos sejam regidos pelas leis de outra jurisdição e sem que quaisquer regras ou princípios de direito internacional privado sejam aplicadas.

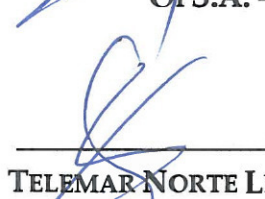
**10.11. Resolução de Conflitos e Eleição de Foro.** Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano, incluindo pretensões de Credores relativas ao valor dos seus respectivos Créditos Concursais, poderão ser previamente submetidas a procedimento de Mediação, na forma do regulamento da Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas/RJ ou alternativamente do Núcleo

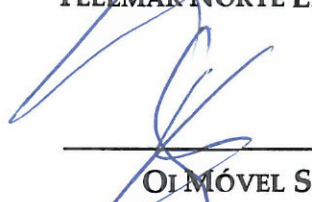
Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Litígios do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Caso as controvérsias ou disputas em questão não sejam solucionadas na Mediação, serão elas resolvidas (i) pelo Juízo da Recuperação Judicial, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial com trânsito em julgado da decisão homologatória; e (ii) por qualquer juízo empresarial do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, após o encerramento do processo de Recuperação Judicial com trânsito em julgado da decisão homologatória.


O Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos do GRUPO OI.


Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2017.

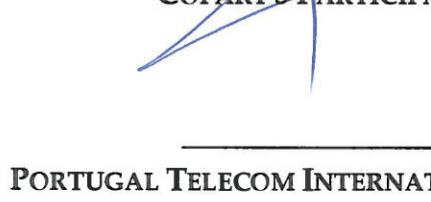
  
\_\_\_\_\_  
**OI S.A. – em recuperação judicial**


  
\_\_\_\_\_  
**TELEMAR NORTE LESTE S.A. – em recuperação judicial**

  
\_\_\_\_\_  
**OIMÓVEL S.A. – em recuperação judicial**

  
\_\_\_\_\_  
**COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial**

  
\_\_\_\_\_  
**COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial**

  
\_\_\_\_\_  
**PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – em recuperação judicial**


  
\_\_\_\_\_  
**OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. – em recuperação judicial**

Advogados das RECUPERANDAS:

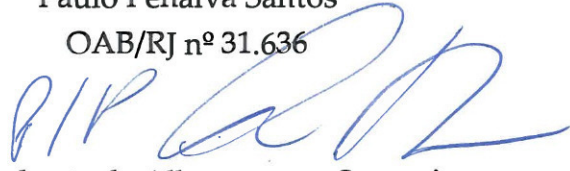


Eurico Teles  
OAB/RJ nº 121.935

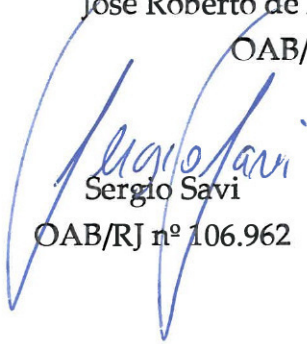
Ana Tereza Basilio  
OAB/RJ nº 74.802



Paulo Penalva Santos  
OAB/RJ nº 31.636



José Roberto de Albuquerque Sampaio  
OAB/RJ nº 69.747



Sergio Savi  
OAB/RJ nº 106.962



**ANEXO 1.1**  
**DEFINIÇÕES**

“**Acionistas**” significa os acionistas diretos ou indiretos da OI, incluindo as pessoas físicas que sejam, direta ou indiretamente, acionistas controladores da OI e seus sucessores de qualquer natureza.

“**Acordos de Acionistas**” significa os acordos firmados entre os Acionistas sobre a compra e venda de ações de emissão das RECUPERANDAS, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle, que deverão ser observados pela companhia quando arquivados na sua sede, conforme os termos do art. 118 da Lei das S.A.

“**Administrador Judicial**” significa o Escritório de Advocacia Arnold Wald, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510, 8º andar, São Paulo- SP, CEP 04543-906, conforme nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da decisão proferida em 22 de julho de 2016.

“**ADR**” significa *American Depositary Receipts*, modalidade pela qual as ações da OI são negociadas na NYSE.

“**Advogados Trabalhistas**” significa os respectivos advogados dos Credores Trabalhistas Depósito Judicial constituídos nos autos, inclusive aqueles titulares de honorários de sucumbência.

“**Afiliadas**” significa, com relação a qualquer Pessoa, qualquer Pessoa direta ou indiretamente Controladora, Controlada ou sob Controle comum dessa Pessoa.

“**ANATEL**” significa a Agência Nacional de Telecomunicações, criada pela Lei nº 9.472 de 16 de julho 1997.

“**Aprovação do Plano**” significa a aprovação deste Plano pelos Credores Concursais na Assembleia Geral de Credores, na forma do art. 45 ou 58, §1º da LFR. Para os efeitos deste Plano, considera-se que a Aprovação do Plano ocorrerá na data da Assembleia Geral dos Credores que aprovar o Plano. Na hipótese de aprovação nos termos do art. 58, §1º da LFR, considera-se a Aprovação do Plano na data da decisão que conceder a Recuperação Judicial.

**“Assembleia Geral de Credores”** significa qualquer assembleia geral de credores realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV da LFR.

**“Ativo Não Relevante”** significa bens ou ativos de qualquer RECUPERANDA com Valor Justo de Mercado que não ultrapasse 5% (cinco por cento) da linha de “Ativos” constante das demonstrações financeiras consolidadas anuais da Oi no exercício fiscal anterior.

**“Aumento de Capital”** significa um aumento de capital mediante emissão privada (ou seja, sem registro na CVM) de novas ações ordinárias, nas condições previstas na Cláusula 5.3.

**“Autoridades Governamentais”** significa o governo da República Federativa do Brasil ou de qualquer outra jurisdição ou qualquer subdivisão política do mesmo, inclusive federal, estadual ou municipal, qualquer autarquia, agência, secretaria, departamento ou órgão de tal governo ou de subdivisão política do mesmo, incluindo o Ministério Público, a Polícia Federal, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a ANATEL, o Tribunal de Contas da União, qualquer juízo ou tribunal, judicial, administrativo ou arbitral, qualquer entidade reguladora ou autorreguladora.

**“Banda Larga nas Escolas”** significa o programa lançado pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 6.424/2008 que permite às empresas exploradoras do serviço de telefonia fixa trocarem a obrigações de instalarem postos de serviços telefônicos (PST) nos municípios pela instalação de infraestrutura de rede para suporte a conexão à internet em alta velocidade em todos os municípios brasileiros e conexão de todas as escolas públicas urbanas com manutenção dos serviços sem ônus até o ano de 2025.

**“B3”** significa a B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão.

**“BNDES”** significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**“Bondholder”** significa o titular de um Crédito Quirografário dos Bondholders.

**“Brasil Telecom”** significa a Brasil Telecom S.A., originada da privatização da antiga empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A., e que deu origem ao atual GRUPO OI.

“**CAPEX**” significa investimentos realizados para adquirir bens físicos ou serviços que vão expandir a capacidade da Oi (consolidando suas controladas) de gerar lucro. É a sigla da expressão inglês “*capital expenditure*”.

“**Código Civil**” significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro 2002.

“**Comissário**” significa um terceiro que venha a ser oportunamente indicado pela Oi que, nos termos dos Artigos 693 e seguintes do Código Civil, deverá atuar em nome próprio, mas em benefício dos Credores Quirografários que assim optarem, nos termos e condições da **Cláusula 4.4**, para fins exclusivos de implementação das disposições deste Plano.

“**Conselho de Administração Transitório**” significa o Conselho de Administração da Oi a ser composto na forma prevista na **Cláusula 7.3**.

“**Contas 4373 Elegíveis**”: São as contas de investimento de investidores estrangeiros nos termos da Resolução do Banco Central do Brasil no. 4.373 de 29 de setembro de 2014 abertas ou que venham a ser abertas pelos Credores Quirografários nos termos da regulação em vigor perante as instituições financeiras que venham a ser oportunamente informada pelo Grupo Oi em comunicado ou edital específico para viabilizar a subscrição das Debêntures Conversíveis / bônus de subscrição, a tempo e modo devidos, conforme aplicável. Contas 4373 Elegíveis são e serão Contas 4373 cujos custodiantes determinem que as Debêntures Conversíveis/bônus de subscrição se qualificam como investimento previsto pela Resolução 4373 com a aplicação da alíquota zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações efetivas ou simultâneas de câmbio para ingresso de recursos no País, conforme a regulamentação aplicável.

“**Controle**” significa, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, (i) a titularidade de direitos de sócios que assegurem ao seu titular, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e (ii) o uso efetivo de tal poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade. As expressões e termos “Controlador”, “Controlado por”, “sob Controle comum” e “Controlada” têm os significados logicamente decorrentes desta definição de “Controle”.

“**COPART 4**” significa a COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.253.691/0001-14,

com sede e principal estabelecimento na Rua General Polidoro, 99, 4º andar, parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22280-004.

“**COPART 5**” significa a COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CPNJ/MF sob o nº 12.278.083/0001-64, com sede e principal estabelecimento na Rua General Polidoro, 99, 5º andar, parte, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22280-004.

“**Créditos**” significa os Créditos Concurtais e os Créditos Extraconcurtais.

“**Créditos Classe III**” significa os Créditos Concurtais previstos nos arts. 41, inciso III, e 83, inciso VI, da LFR contra as RECUPERANDAS, detidos por Pessoas que não sejam quaisquer das próprias RECUPERANDAS.

“**Créditos com Garantia Real**” significa os Créditos Concurtais garantidos por direitos reais, nos termos do art. 41, inciso II da LFR.

“**Créditos Concurtais**” significa os créditos e obrigações de fazer sujeitos aos efeitos deste Plano, vencidos ou vincendos, cujos respectivos contratos, obrigações e/ou fatos geradores ocorreram antes da Data do Pedido, independentemente de estarem ou não relacionados na Relação de Credores do Administrador Judicial. Os Créditos Concurtais são todos os Créditos referidos neste Plano, independentemente de sua natureza, à exceção dos Créditos Extraconcurtais.

“**Créditos Concurtais Agências Reguladoras**” significa Créditos Concurtais não tributários de titularidade de agências reguladoras ou decorrentes de obrigações impostas em razão de deliberação de agências reguladoras, incluindo a ANATEL. Não estão incluídos nos Créditos Concurtais Agências Reguladoras eventuais multas administrativas já consideradas indevidas por decisão proferida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

“**Créditos Extraconcurtais**” significa os créditos detidos contra as RECUPERANDAS que não se sujeitam aos efeitos deste Plano em razão (i) do seu fato gerador ser posterior à Data do Pedido, ou (ii) de se enquadrarem no art. 49, §§ 3º e 4º da LFR, ou qualquer outra norma legal que os exclua dos efeitos deste Plano.

“**Créditos Ilíquidos**” significa os Créditos Concurtais (i) objeto de ação judicial e/ou de arbitragem, iniciada ou não, derivados de quaisquer relações jurídicas e contratos

existentes antes da Data do Pedido; ou (ii) em relação a cujo valor haja pendência de resolução de controvérsia ou disputa; ou (iii) aqueles que, ainda que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) acima, por qualquer razão não constem da Relação de Credores do Administrador Judicial.

**“Créditos Intercompany”** significa os créditos das RECUPERANDAS decorrentes de mútuos realizados entre si como forma de gestão de caixa e transferência de recursos entre as diferentes sociedades que compõem o GRUPO Oi, inclusive com recursos decorrentes de operações realizadas no mercado internacional pelas RECUPERANDAS.

**“Créditos ME/EPP”** significa os Créditos Concursais detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, definidos conforme a Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 41, inciso IV da LFR.

**“Créditos Quirografários”** significa os Créditos ME/EPP, os Créditos Classe III e os Créditos Concursais Agências Reguladoras.

**“Créditos Quirografários Depósito Judicial”** significa os Créditos ME/EPP Depósito Judicial e os Créditos Classe III Depósito Judicial.

**“Créditos Quirografários dos Bondholders”** significa os Créditos Quirografários relativos a títulos referentes às emissões de dívida pela PTIF e Oi Coop, garantidos pela Oi, e emitidos pela Oi e garantidos pela Telemar, listadas adiante, emitidos e negociados no exterior e regulados por leis estrangeiras, bem como sujeitos às leis e demais normas aplicáveis nas jurisdições onde tais títulos são negociados: (i) 9.75% Senior Notes 2016 emitidas pela Oi, (ii) 5.125% Senior Notes 2017 emitidas pela Oi e garantidas pela Telemar, (iii) 9.500% Senior Notes 2019 emitidas pela Oi e garantidas pela Telemar, (iv) 5.500% Senior Notes 2020 emitidas Oi e garantidas pela Telemar, (v) 5.625% Senior Notes 2021 emitidas pela Coop e garantidas pela Oi, (vi) 5.750% Senior Notes 2022 emitidas pela Coop e garantidas pela Oi, (vii) 6.250% Notes 2016 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi, (viii) 5.242% Notes 2017 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi, (ix) 4.375% Notes 2017 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi, (x) 5.875% Notes 2018 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi, (xi) 5.000% Notes 2019 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi, (xii) 4.625% Notes 2020 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi, e (xiii) 4.500% Notes 2025 emitidas pela PTIF e garantidas pela Oi.

**“Créditos Retardatários”** significa os Créditos Concurais que forem habilitados após a publicação da Relação de Credores do Administrador Judicial na imprensa oficial na forma do disposto no artigo 7º, §2º da LFR.

**“Créditos Trabalhistas”** significa os Créditos Concurais derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do art. 41, inciso I da LFR.

**“Crédito Trabalhista Fundação Atlântico”** significa o Crédito Trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade de previdência privada vinculada ao GRUPO OI.

**“Credores”** significa todos os credores referidos neste Plano.

**“Credores com Garantia Real”** significa os titulares de Créditos com Garantia Real.

**“Credores Concurais”** significa os titulares de Créditos Concurais.

**“Credores Extraconcurais”** significa os titulares de Créditos Extraconcurais.

**“Credores Fornecedores Parceiros”** significa os Credores Quirografários Classe III e/ou ME/EPP que mantenham o fornecimento às RECUPERANDAS de bens e/ou serviços, conforme aplicável, sem alteração injustificada dos termos e condições praticados até a Data do Pedido pelos respectivos Credores Classe III em relação às RECUPERANDAS e que não possuam qualquer tipo de litígio em curso contra qualquer das RECUPERANDAS, exceto em caso de incidente relacionado ao Processo de Recuperação Judicial.

**“Credores Quirografários”** significa os Credores Quirografários ME/EPP e os Credores Quirografários Classe III.

**“Credores Quirografários Bondholders”** significa os titulares de Créditos Quirografários dos Bondholders.

**“Credores Quirografários Classe III”** significa os titulares de Créditos Classe III.

**“Credores Quirografários ME/EPP”** significa os titulares de Créditos ME/EPP.

**“Credores Quirografários Parceiros Depósitos Judiciais”** significa os titulares de Créditos Classe III ou ME/EPP que, cientes de que a existência de litígios contra as

RECUPERANDAS implica em dispêndio de recursos e prejudica a liquidez do GRUPO OI, concordam expressamente com os valores dos respectivos Créditos Classe III ou ME/EPP, conforme aplicável, reconhecidos pelas RECUPERANDAS, inclusive aqueles indicados na Lista do Administrador Judicial, neste último caso quando o Crédito Classe III ou ME/EPP em questão venha a se tornar Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial na forma da **Cláusula 4.3.2.2**, e renunciam ao direito de oferecer, propor ou prosseguir em ações, habilitações, divergências, impugnações de crédito, ou qualquer outra medida (inclusive recursos) que visem a majorar os valores dos seus respectivos Créditos Classe III ou ME/EPP, conforme aplicável e conforme reconhecidos pelas RECUPERANDAS, inclusive aqueles indicados na Lista do Administrador Judicial, neste último caso quando o Crédito Classe III ou ME/EPP em questão venha a se tornar Credor Quirografário Parceiro Depósito Judicial na forma da **Cláusula 4.3.2.2**, e que se enquadrem no disposto na **Cláusula 4.3.2**.

**“Credores Retardatários”** significa os titulares dos Créditos Retardatários.

**“Credores Trabalhistas”** significa os titulares de Créditos Trabalhistas.

**“Credores Trabalhistas Depósitos Judiciais”** significa os Credores Trabalhistas que são partes de processos judiciais envolvendo as RECUPERANDAS, em cujos autos tenham sido realizados Depósitos Judiciais.

**“Data da Emissão das Notes”** significa a data da emissão das Novas Notes.

**“Data do Pedido”** significa a data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, qual seja, 20 de junho de 2016.

**“Depósito Judicial”** significa os depósitos judiciais efetuados pelo GRUPO OI no âmbito de ações judiciais de qualquer natureza, os quais serão utilizados no pagamento de determinados créditos, conforme estabelecido neste Plano.

**“Despesa Financeira Consolidada”** significa, em qualquer período, sem duplicação, a soma da despesa consolidada com juros da OI pelo período de quatro trimestres sobre qualquer uma das suas dívidas contraídas por meio de empréstimo pagáveis em dinheiro (pagas ou capitalizadas) na medida em que tal despesa foi deduzida (e não novamente adicionada) no cálculo do resultado operacional consolidado.

**“Dia Útil”** significa todo e qualquer dia que não um sábado, domingo ou feriado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**“Dólar Norte-Americano”** ou **“USD”** significa a moeda corrente nos Estados Unidos da América.

**“EBITDA”** significa, para os 4 (quatro) últimos e consecutivos trimestres fiscais da Oi, cada qual um "período contábil", o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado antes dos tributos sobre o lucro consolidado para determinado período contábil (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); (ii) dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado antes dos tributos sobre o lucro: (1) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período contábil; (2) Despesas Financeiras Consolidadas deduzidas das receitas financeiras consolidadas. Representa o EBITDA de rotina, conforme apresentado no relatório da administração contido nas demonstrações financeiras consolidadas da Oi.

**“Efeito Adverso Relevante”** significa, em relação às sociedades integrantes do GRUPO Oi, qualquer mudança ou efeito que, tanto individualmente ou em conjunto com outros fatores, tenha um efeito adverso relevante na situação financeira e nas operações das sociedades integrantes do GRUPO Oi como um todo, ou o efeito adverso relevante na habilidade das sociedades integrantes do GRUPO Oi de implementar, consumir e/ou cumprir qualquer de suas obrigações nos termos deste Plano, desde que, no entanto, para os propósitos desta definição, nenhuma mudança, efeito, evento ou ocorrência surja ou resulte de qualquer das situações a seguir, sozinhas ou combinadas, constituam ou sejam levadas em consideração na determinação de ter sido ou possa ser um Efeito Adverso Relevante: (i) mudanças gerais, desenvolvimentos ou condições em qualquer economia nacional, regional ou mundial ou nas indústrias em que as sociedades integrantes do GRUPO Oi operem, exceto na medida que as sociedades integrantes do GRUPO Oi sejam afetadas desproporcionalmente por tais mudanças, desenvolvimentos ou condições; e (ii) financeiras ou outra condição política ou de mercado no país que as sociedades integrantes do GRUPO Oi operem.

**“Encargos Financeiros”** significa qualquer correção monetária, juros, multa, penalidades, indenização, inflação, perdas e danos, juros moratórios e/ou outros encargos de natureza semelhante.



“**Estatutos Sociais**” significa os estatutos sociais ou documento constitutivo assemelhado da OI, TELEMAR, OI MÓVEL, COPART 4, COPART 5, PTIF e OI COOP e suas Afiliadas.

“**Euro**” ou “**EUR**” significa a moeda corrente na União Europeia.

“**GRUPO OI**” significa a OI, TELEMAR, OI MÓVEL, COPART 4, COPART 5, OI COOP E PTIF.

“**Homologação Judicial do Plano**” significa a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação que concede a Recuperação Judicial, nos termos do art. 58, *caput* ou §1º da LFR. Para os efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na data da publicação, no diário oficial, da decisão de primeiro grau concessiva da Recuperação Judicial, contra a qual, após decorridos os prazos para interposição dos recursos cabíveis, não haja recurso com efeito suspensivo pendente de julgamento. No caso de ser indeferida na primeira ou na segunda instância a concessão, considerar-se-á como Homologação Judicial do Plano, respectivamente, a data da disponibilização, no diário oficial, de eventual decisão de segundo grau, ou de instância superior, em qualquer caso monocrática ou colegiada – o que primeiro ocorrer – que assim deliberar, contra a qual, após decorridos os prazos para interposição dos recursos cabíveis, não haja recurso com efeito suspensivo pendente de julgamento.

“**INSS**” significa o Instituto Nacional do Seguro Social, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

“**IPCA**” significa o Índice de Preço ao Consumidor Amplo, medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

“**Juízo da Recuperação Judicial**” significa o juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital – RJ.

“**Laudos**” significa os laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do GRUPO OI, elaborados nos termos do artigo 53, incisos II e III da LFR.

“**Lei**” significa qualquer lei, regulamento, ordem, sentença ou decreto expedido por qualquer Autoridade Governamental.

“**Lei das S.A.**” significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976.

“**Lei Geral de Telecomunicações**” significa a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

“**LFR**” significa a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

“**LIBOR**” significa a taxa interbancária de Londres (*London Interbank Offered Rate*) para Dólares Norte-Americanos e Euros, publicada pela Reuters (ou outra fonte disponível comercialmente que forneça tais cotações), de 6 (seis) meses.

“**Mediação/Conciliação/Acordo**” significa qualquer procedimento a ser instaurado nos termos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

“**Ministério das Comunicações**” significa o órgão do poder Executivo Brasileiro criado pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que regula os serviços de telecomunicações, postais e radiodifusão.

“**Novo Conselho de Administração**” significa o Conselho de Administração da Oi a ser composto na forma prevista na **Cláusula 7.4**.

“**NYSE**” significa a *New York Stock Exchange*, a bolsa de valores de Nova York.

“**OI**” significa a OI S.A. – em recuperação judicial, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20230-070.

“**OI COOP**” significa a OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.770.090/0001-30, com sede em Amsterdam, Schiphol Boulevard 231, B tower, 5º andar, 1118 BH Schiphol, e principal estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

“**OI MÓVEL**” significa a OI MÓVEL S.A. – em recuperação judicial, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.423.963/0001-11, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), Brasília - DF, no Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo (parte 2), CEP 70.713-900.

“**OPEX**” significa o resultado dos custos contínuos que uma empresa tem para se manter funcionando. É a sigla da expressão em inglês “*operational expenditure*”.

“**Partes Isentas**” significa as RECUPERANDAS, suas Afiliadas, controladas, subsidiárias, coligadas, entidades associadas, e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo, e seus respectivos acionistas, diretores, conselheiros, investidores, funcionários, advogados, assessores, agentes, mandatários e representantes, incluindo seus antecessores e sucessores.

“**Pessoa**” significa qualquer indivíduo, firma, sociedade, companhia, associação sem personalidade jurídica, parceria, *trust* ou outra pessoa jurídica ou de decisão administrativa que não seja objeto de questionamento no Poder Judiciário.

“**Petição Conjunta ME/EPP ou Classe III**” significa a petição conjunta a ser apresentada nos termos da **Cláusula 4.3.2.6**, no formato e teor a serem divulgados pelas RECUPERANDAS.

“**Plano ou PRJ**” significa este plano de recuperação judicial conjunto, incluindo todos aditamentos, modificações, alterações e complementações, e incluindo todos anexos e documentos mencionados nas cláusulas deste Plano.

“**Plano Geral de Metas de Universalização**” significa os planos que preveem as obrigações de universalização, que são periodicamente revistos por meio da edição de decretos pelo Governo Federal (atualmente, está em vigor o PGMU III aprovado pelo Decreto nº 7.512, de 30 de junho 2011, com metas para o período entre 2011 e 2016).

“**Plano Geral de Outorgas**” significa o plano que definiu as regiões e setores para concessões e autorizações do Serviço Telefônico Fixo Comutado, instituído pelo decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008.

“**Plano Nacional de Banda Larga**” significa uma iniciativa do Governo Federal criada pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, que tem como objetivo principal massificar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes da tecnologia.

“**Portugal Telecom**” significa a Portugal Telecom, empresa portuguesa de telecomunicações.

“**Processos**” significa todo e qualquer litígio, em esfera judicial, administrativa ou arbitral (em qualquer fase, incluindo execução/cumprimento de sentença) em curso na

Data do Pedido envolvendo discussão relacionada a qualquer dos Créditos Concurtais perante o Poder Judiciário ou Tribunal Arbitral, conforme o caso, inclusive reclamações trabalhistas.

“**Programa de DR**” significa o programa de certificados de depósito (*Depositary Receipts - DR*), emitidos no exterior por instituição depositária.

“**PTIF**” significa a PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – em recuperação judicial, pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Amsterdam, Naritaweg 165, 1043 BW, e principal estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

“**Real**” significa a moeda corrente na República Federativa do Brasil.

“**Receita Líquida da Venda de Ativos**” significa os recursos da alienação de ativos líquidos dos custos diretos relacionados a respectiva operação (incluindo custos com assessoria legal, contábil e financeira e comissão e vendas) e qualquer realocação de despesas incorridas, e tributos e taxas pagas ou a pagar em decorrência da respectiva alienação de ativos.

“**Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor**” significa toda e qualquer decisão ou ordem judicial necessária para que este Plano possa produzir seus regulares efeitos na jurisdição aplicável ao Credor em questão.

“**Recuperação judicial**” significa este processo de recuperação judicial, autuado sob o nº 0203711-65.2016.8.19.0001, em curso perante o Juízo da Recuperação Judicial.

“**RECUPERANDAS**” significa a OI, TELEMAR, OI MÓVEL, COPART 4, COPART 5, OI COOP E PTIF.

“**Regiões I, II e III**” significa as regiões do território brasileiro divididas pelo Plano Geral de Outorgas para concessões e autorizações do Serviço Telefônico Fixo Comutado, sendo que a Região I compreende 16 estados localizados nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil, a Região II compreende o Distrito Federal e nove estados localizados nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, e a Região III compreende o Estado de São Paulo.

“**Relação de Credores do Administrador Judicial**” significa a lista de credores elaborada pelo Administrador Judicial na forma do artigo 7, §2º da LFR.

“**Reorganização Societária**” significa a reorganização societária a ser realizada nos termos da **Cláusula 6** deste Plano.

“**Saldo de Caixa**” significa a soma das seguintes contas do balanço patrimonial ativo consolidado: 1.01.01 Caixa e Equivalentes de Caixa; 1.01.02 Aplicações Financeiras; e 1.02.01.01 Aplicações Financeiras a Valor Justo, apurados nos Demonstrativos Financeiros Padronizados – DFPs da Oi.

“**Saldo de Caixa Mínimo**” com relação a qualquer exercício fiscal, significa o maior valor entre: (1) 25% da soma do OPEX e do CAPEX para o respectivo exercício fiscal, calculado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidada anuais da Oi para o respectivo exercício fiscal; ou (2) R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de Reais). Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao cálculo do Saldo de Caixa Mínimo.

“**SELIC**” significa a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia para títulos federais.

“**Taxa de Câmbio**” significa, para qualquer evento (exceto nos casos de Taxa de Câmbio Conversão e Taxa de Câmbio Votação), a taxa de fechamento de venda de dólares dos Estados Unidos da América/Real e Euro/Real, conforme aplicável, divulgada pelo Banco Central em seu sítio de internet, na seção Cotações e Boletins, opção “Cotações de Fechamento de Todas as Moedas em uma Data”, ou qualquer outra taxa que venha a substituí-la, e a taxa de fechamento de venda de Euro/dólares dos Estados Unidos da América, divulgada no sistema de informações da Bloomberg.

“**Taxa de Câmbio Conversão**” significa a taxa de fechamento de venda do Dia Útil imediatamente anterior à data do protocolo do Plano no Juízo da Recuperação Judicial de dólares dos Estados Unidos da América/Real e Euro/Real, conforme aplicável, divulgada pelo Banco Central em seu sítio de internet, na seção Cotações e Boletins, opção “Cotações de Fechamento de Todas as Moedas em uma Data”, ou qualquer outra taxa que venha a substituí-la, e a taxa de fechamento de venda do Dia Útil imediatamente anterior à data do protocolo do Plano no Juízo da Recuperação Judicial de Euro/dólares dos Estados Unidos da América, divulgada no sistema de informações da Bloomberg.

“**Taxa de Câmbio Votação**” significa a taxa de fechamento de venda do Dia Útil imediatamente anterior à Assembleia Geral de Credores que deliberar sobre a aprovação do Plano de dólares dos Estados Unidos da América/Real e Euro/Real, conforme aplicável, divulgada pelo Banco Central em seu sítio de internet, na seção Cotações e Boletins, opção “Cotações de Fechamento de Todas as Moedas em uma Data”, ou qualquer outra, taxa que venha a substituí-la.

“**TELEMAR**” significa a TELEMAR NORTE LESTE S.A. – em recuperação judicial, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20230-070.

“**TR**” significa a taxa de referência instituída pela Lei nº 8.177/91, conforme apurada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, cujo produto agregar-se-á ao saldo do valor nominal do Crédito para fins de cálculo do valor pecuniário das obrigações previstas neste Plano, e que será devido nas datas de pagamento aqui estabelecidas. No caso de indisponibilidade temporária da TR, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, porém, não cabendo, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, a TR deverá ser substituída pela substituta determinada legalmente para tanto.

“**UPI**” significa as unidades produtivas isoladas que serão alienadas nos termos do artigo 60 da LFR.

“**Valor Justo de Mercado**” significa, com relação a qualquer ativo, o preço (que, para evitar dúvidas, levará em conta qualquer passivo associado com ativo relacionado) que seria pago por um comprador disposto para um vendedor disposto não afiliado em uma operação comercial que não envolva sequestro de bens ou coação de qualquer parte, determinado em boa-fé pelo Conselho de Administração da Oi.

**ANEXO 2.6**

**LAUDOS**

### ANEXO 3.1.3

#### **Ativos**

Alienação, direta ou indiretamente, dos seguintes ativos:

**UNITEL, S.A.**, sociedade de direito angolano, com o número de identificação fiscal 5410003144, registrada na Conservatória do Registro Comercial de Luanda sob o número 44/199, com sede na Talatona, Sector 22, via C3, Edifício UNITEL, Luanda Sul, Angola.

**BRASIL TELECOM CALL CENTER S.A.**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.014.081/0001-30 e na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE 53 3 0000758-6, com sede na Rodovia BR 153, Km 06, S/N, Bloco 03, Vila Redenção, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.845-090.

**TIMOR TELECOM, S.A.**, sociedade anônima, pessoa coletiva nº 1014630, registrada na Direção Nacional do Comércio Doméstico sob o número 01847/MTCI/XI/2012, com sede na Rua Presidente Nicolau Lobato, Timor Plaza, 4º andar, em Díli, Timor Leste.

A formalização da alienação dos bens localizados nos endereços listados abaixo está sujeita à prévia verificação da inexistência de impedimentos ou vedações de natureza administrativa ou judicial:

- BR 101 KM 205 (Barreiros/Almoxarifado), no Estado de Santa Catarina e registrado sob a matrícula nº 40564;
- Av Madre Benvenuta, no Estado de Santa Catarina e registrado sob a matrícula nº 48391;
- Rua Cel Genuino, no Estado do Rio Grande do Sul e registrado sob as matrículas nº 8.247, 24.697, 24.698, 24.699, 11.046, 11.047;
- Av. Joaquim de Oliveira, no Estado do Rio Grande do Sul e registrado sob a matrícula nº. 114.947;
- Avenida Lauro Sodre nº 3290, no Estado de Rondônia e registrado sob a matrícula nº 24743;
- Rua Gabriel de Lara, no Estado do Paraná e registrado sob a matrícula nº 16059;
- Rua Neo Alves Martins nº 2263, no Estado do Paraná e registrado sob a matrícula nº 58948;



- Travessa Teixeira de Freitas nº 75 (Complexo Mercedes F), no Estado do Paraná e registrado sob as matrículas nº 36731, 36732, 36733, 36734, 36735, 36736, 36737, 36738, 36739, 36740 e 36741;
- Avenida Teixeira de Freitas nº 141 (Complexo Mercedes G), no Estado do Paraná e registrado sob a matrícula nº 15049;
- Rua Visconde Nacar nº 234 (Complexo Mercedes B), no Estado do Paraná e registrado sob a matrícula nº 26912;
- Rua Visconde do Rio Branco nº 397 (Complexo Mercedes A), no Estado do Paraná e registrado sob a matrícula nº 13940;
- Avenida Goiás, no Estado de Goiás e registrado sob as matrículas nº 42.041 e 42.042;
- Avenida Getulio Vargas S/N, no Estado de Roraima e registrado sob as matrículas nº 46.241, 46.242, 46.243 e 46.244;
- Rua Sabino Vieira / Rua Chaves De Faria nº 85/ R.S.L. Gonzaga nº 275, no Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 55316;
- Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira (Rua Uranos 1139), no Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 51186;
- Estr. Pau da Fome nº 2716, no Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 105885;
- Avenida Nossa Senhora de Copacabana nº 462 A, lje, s/lj, no Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 67704;
- Rua dos Limoeiros nº 200, no Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 10409;
- Camaragibe - Estrada de Aldeia - Km-125, no Estado de Pernambuco e registrado sob a matrícula nº 2503;
- Rua do Príncipe nº 156 e nº 120, no Estado de Pernambuco e registrado sob a matrícula nº 24857;
- Rua Itambe nº 200, no Estado de Minas Gerais e registrado sob a matrícula nº 38227;
- Rua Vitorio Nunes Da Motta nº 220, Enseada do Suá no Estado do Espírito Santo e registrado sob a matrícula nº 52265;
- Rua Silveira Martins, Cabula, nº 355 no Estado da Bahia e registrado sob a matrícula nº 76908;

- Rua Prof. Anfrisia Santiago nº 212, no Estado da Bahia e registrado sob a matrícula nº 12798;
- Avenida Getulio Vargas - BL. A, nº 950, no Estado do Amazonas e registrado sob a matrícula nº 14610;
- Rua Goias, S/N, Farol, no Estado de Alagoas e registrado sob a matrícula nº 75071;
- Rua Zacarias da Silva, Lote 2, Barra da Tijuca (Alvorada), na cidade e Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 381171;
- Rua Senador Pompeu, nº 119 - 5º andar, Centro, na cidade e Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 106766;
- Rua Alexandre Mackenzie, nº 75, Centro, na cidade e Estado do Rio de Janeiro e registrado sob as matrículas nº 274011, 274012, 274013, 274014, 274015, 274039, 274040, 274041, 274042;
- Rua do Lavradio, nº 71, Centro (Arcos), na cidade e Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 70149;
- Rua Araribóia, nº 140, São Francisco, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 10770;
- Rua Assai, s/n, Jardim Pindorama, na cidade de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso e registrado sob a matrícula nº 3825;
- Rua Sena Madureira, nº 1070, na cidade de Fortaleza, Estado de Ceará e registrado sob a matrícula nº 1409;
- Rua Manoel P. da Silva (Cap. Pereirinha, S/N), na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul e registrado sob as matrículas nº 24.969, 24.970, 24.971, 24.972 e 24.973;
- Av Nicanor de Carvalho, nº 10, na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul e registrado sob a matrícula nº 12295;
- Pq. Triunfo de Cotegipe, S/N – João Dantas, na cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia e registrado sob a matrícula nº 775;
- Estrada Velha do Amparo, KM 4, na cidade de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro e registrado sob a matrícula nº 5283;
- Av. Prudente de Moraes, nº 757 B, Bairro Tirol, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte e registrado sob a matrícula nº 28639;
- Av. Afonso Pena, nº 583, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e registrado sob a matrícula nº 7496;

- Rua Leitão da Silva, nº 2.159, Itararé (CONJED), na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santos e registrado sob as matrículas nº 46.977 e 46.978;
- BLOCO C, QUADRA 02, SETOR COMERCIAL CENTRAL, Planaltina, na cidade de Brasília, Distrito Federal e registrado sob a matrícula nº 801;
- Rua Padre Pedro Pinto nº1460, Venda Nova (ISFAP), na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e registrado sob a matrícula nº 4187;
- Rua 2 De Setembro, nº 733, Campo De Futebol, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e registrado sob a matrícula nº 598;
- BR 116, KM 159, Rua Cel Antônio Cordeiro, 3950, Altamira, na cidade de Russas, Estado do Ceará e registrado sob a matrícula nº 180;
- Rua Correa Vasques,69, Cidade Nova, na cidade e Estado do Rio de Janeiro e registrado sob as matrículas nº 40962, 40963, 40964, 40965, 40966, 40967, 40968, 40969, 40970, 40971, 40972, 41190;
- Rua Walter Ianni, Anel Rodoviário, KM 23,5 - Bairro Aarão Reis/São Gabriel (PUC MINAS), na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e registrado sob a matrícula nº 27601.

**ANEXO 4.2.4**  
**CRÉDITOS COM GARANTIA REAL**

**ANEXO 4.3.1.2(A1)**

**OPÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO I – CRÉDITOS EM REAIS**

**ANEXO 4.3.1.2(A2)**

**OPÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO I – CRÉDITOS EM REAIS**

**ANEXO 4.3.1.2(B)**

**OPÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO I – CRÉDITOS EM DÓLARES NORTE-AMERICANOS**

**ANEXO 4.3.3.1(F)**

**INSTRUMENTO CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS DOS BONDHOLDERS ATÉ USD750.000,00**



**ANEXO 4.3.3.3.(F)**

**CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS DOS BONDHOLDERS ACIMA DE USD750.000,00 – NOVAS  
NOTES**

**ANEXO 5.3.1.4**  
**CARTA DOS GARANTIDORES**

**ANEXO 6.1**  
**REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS**

- Incorporação da Oi Internet S.A. na Oi ou Telemar ou Oi Móvel;
- Incorporação da Oi Móvel na Telemar ou na Oi;
- Incorporação da Telemar na Oi;
- Incorporação da Paggo Administradora Ltda. na Oi Móvel;
- Incorporação da Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. na Telemar ou na Oi;
- Combinação de negócios (*business combination*) visando a consolidação do mercado de telecomunicações brasileiro.
- Incorporação da Copart 4 na Telemar;
- Incorporação da Copart 5 na Oi;
- Incorporação ou versão de ativos da SEREDE - Serviços de Rede S.A. em uma ou mais Recuperandas;
- Incorporação ou versão de ativos da Rede Conecta Serviços de Rede S.A. em uma ou mais Recuperandas;
- Qualquer reorganização que não cause Efeito Adverso Relevante nas sociedades integrantes do GRUPO OI e que não modifique substancialmente a natureza dos negócios das sociedades integrantes do GRUPO OI.

**ANEXO 7.3.**

**MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO TRANSITÓRIO**

1. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, CPF nº 299.637.297-20 – Presidente
2. Ricardo Reisen de Pinho, CPF nº 855.027.907-20 – Vice-Presidente
3. Marcos Duarte Santos, CPF nº 014.066.837-36
4. Luis Maria Viana Palha da Silva, CPF nº 073.725.141-77
5. Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão, passaporte português nº M655076
6. Helio Calixto da Costa, CPF nº 047.629.916-00
7. Um membro do Conselho de Administração Transitório a ser indicado pela maioria dos credores Garantidores, até o dia 19.12.2017.

Nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho de Administração Transitório, este será substituído em suas funções e prerrogativas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração Transitório.

### ANEXO 9.8.1

#### AÇÕES

Ações na Holanda:

-Processo nº C/13/612753/FIA ZA 16-759, ajuizado pela Capricorn Capital Ltd. (“Capricorn”) em 16 de março de 2016 perante a Corte Distrital de Amsterdã, contra a PTIF, Oi Coop, Oi, Flavio Nicolay Guimaraes, Trust International Management B.V., Wilhelmus Joseph Langeveld, Bayard de Paoli Gontijo, Johannes Petrus Vincentius Gerardus Visser, Marco Norci Schroeder, Cristina Mocellin e Arthur Jose Lavatori Correa, requerendo a anulação do mútuo firmado entre a PTIF e a Oi Coop, com o consequente reembolso de valores, bem como uma compensação por danos alegadamente sofridos em razão deste mútuo e daqueles firmados entre a Oi Coop e a Oi.

-Processo nº C/13/610901 / FT RK 16/1366, ajuizado pela Syzygy Capital Management Ltd. (“Syzygy”) em 27 de junho de 2016 perante a Corte Distrital de Amsterdã, requerendo a falência da Oi Coop.

-Processo nº C/13/611715 / FT RK 16/1460, ajuizado por Loomis Sayles Strategic Income Fund. em 8 de julho de 2016 perante a Corte Distrital de Amsterdã, requerendo a falência da Oi Coop.

-Processo nº C/13/611821 / FT RK 16/1470, ajuizado por Sandro Boscolo Bragadin e Nadi Benedetti em 11 de julho de 2016 perante a Corte Distrital de Amsterdã, requerendo a falência da Oi Coop.

-Processo nº C/13/612117 / FT RK 16/1503, ajuizado por Alessandro Callegari, Stefano Capodarca, Banco Consulia S.P.A., Valentina Basso e Piero Basso em 15 de julho de 2016 perante a Corte Distrital de Amsterdã, requerendo a falência da Oi Coop.

-Processo nº C/13/614062/FT RK 16/1721, ajuizado pelo Citicorp Trustee Company Ltd. em 22 de agosto de 2016 perante a Corte Distrital de Amsterdã, requerendo a falência da PTIF.

-No processo de suspensão de pagamentos da PTIF:

- Pedido nº C/13/619708 FT RK 16.2462 apresentado por Jean Leon Marcel Groenewegen em 1 de dezembro de 2016 (complementado pela petição de 20 de dezembro de 2017) requerendo a conversão em falência da suspensão de pagamentos da PTIF;
- Pedido nº C/13/621702 FT RK 17.48 apresentado pelo Citicorp Trustee Company Ltd. em 4 de janeiro de 2017, requerendo a conversão em falência da suspensão de pagamentos da PTIF;
- Apelação nº 200.209.198/01, apresentada pelo Citicorp Trustee Company Ltd. em 10 de fevereiro de 2017, contra a decisão que rejeitou o pedido de conversão em falência da suspensão de pagamentos da PTIF.

-No processo de suspensão de pagamentos da Oi Coop:

- Pedido nº C/13/619697 FT RK 16.2458, apresentado pelo Jasper Reiner Berkenbosch (“Jasper”) em 1 de dezembro de 2016 (complementado pela petição de 16 de dezembro de 2017), requerendo a conversão em falência da suspensão de pagamentos da Oi Coop;
- Pedido nº C/13/621239 FT RK 16.2612, apresentado pela Citadel Horizon S.á.r.l., Citadel Equity Fund Ltd., Syzygy Capital Management Ltd, Trinity Investments Designated Activity Company e York Global Finance Fund L.P., em 23 de dezembro de 2017 (complementado pela petição de 11 de janeiro de 2017), requerendo a conversão em falência da suspensão de pagamentos da Oi Coop;
- Apelação nº 200.209.207/01, interposta por Citadel Equity Fund Ltd., Syzygy Capital Management, Ltd., Trinity Investments Designated Activity Company, e York Global Finance Fund, L.P., contra a decisão que rejeitou o pedido de conversão em falência da suspensão de pagamentos da Oi Coop.

-Processo nº C/13/630582 / HA ZA 17/612, ajuizado pelo Jasper em 30 de maio de 2017 perante a Corte Distrital de Amsterdã, contra a Oi e a Oi Móvel, requerendo a anulação dos mútuos firmados entre a Oi Coop e a Oi, e Oi Móvel, com o consequente reembolso dos valores, e uma compensação por danos alegadamente sofridos em razão dos mútuos.

- Em 11 de outubro de 2017 a Capricorn e a Syzygy apresentaram um pedido para intervir no processo.

Ação nos EUA:

-Processo nº 17-11888 ajuizado pelo Jasper perante a Corte de Falência do Distrito Sul de Nova York, requerendo o reconhecimento do processo de falência holandês da Oi Coop como principal processo estrangeiro, nos termos do Capítulo 15 do Código de Insolvência dos Estados Unidos da América, substituindo o reconhecimento em relação à Oi Coop da recuperação judicial como principal processo estrangeiro (processo nº 16-11794).